



APROPRIAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ESPAÇO URBANO: ESTUDO EM UMA CIDADE DO SUL DE MINAS GERAIS

Appropriation of urban space by people with disabilities: a study in a city in southern Minas Gerais

Monique Scalco Soares Siqueira

Universidade Federal de Lavras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8957-9933>

E-mail: moniquescalco@gmail.com

Flávia Luciana Naves Mafra

Universidade Federal de Lavras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2501-8904>

E-mail: flanaves@ufla.br

Trabalho enviado em 19 de fevereiro de 2025 e aceito em 11 de setembro de 2025



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 17, N.01., 2025, p. 349-391
Monique Scalco Soares Siqueira e Flávia Luciana Naves Mafra
DOI: [10.12957/rdc.2025.90021](https://doi.org/10.12957/rdc.2025.90021) | ISSN 2317-7721

RESUMO

Objetivo: compreender os processos que envolvem e impedem a apropriação das pessoas com deficiência (PcDs) na produção e reprodução do espaço urbano de uma cidade do sul de Minas Gerais, à luz do direito à cidade e ancorada na perspectiva do modelo social da deficiência.

Método: realização de entrevistas semiestruturadas com PcDs (física e visual) e análise de narrativa.

Resultados: os resultados demonstram que a insuficiência de acessibilidade na cidade impede que as PcDs vivam plenamente seu espaço urbano, transformando-o em um local repleto de barreiras e limitações. Isso gera diferentes sentimentos que levam a percepção de não pertencimento ao ambiente urbano. As relações interpessoais desempenham um papel crucial na experiência urbana das PcDs, em que dinâmicas sociais permeadas pelo capacitismo limitam a vivência das possibilidades que o espaço urbano oferece. Essas barreiras levam muitas PcDs a se confinarem em suas residências ou a necessitarem de acompanhantes para sair.

Contribuição: coadunando com o modelo social da deficiência, este estudo demonstra que as principais barreiras não estão nas limitações dessas pessoas, mas em obstáculos físicos, sociais e políticos que restringem seu acesso ao espaço urbano.

Palavras-chave: Direito à Cidade; Apropriação; Pessoas com Deficiência; Modelo Social da Deficiência; Análise de Narrativa.

ABSTRACT

Objective: to understand the processes that involve and hinder the appropriation of urban space by people with disabilities (PwDs) in the production and reproduction of the urban space of a city in Southern Minas Gerais, in the light of the right to the city and grounded in the perspective of the social model of disability.

Method: conducting semi-structured interviews with PwDs (physical and visual) and narrative analysis.

Results: the results demonstrate that the lack of accessibility in the city prevents PwDs from fully experiencing their urban space, transforming it into a place full of barriers and limitations. This generates different feelings that lead to the perception of not belonging to the urban environment. Interpersonal relationships play a crucial role in the urban experience of PwDs, in which social dynamics permeated by ableism limit the experience of the possibilities that the urban space offers. These barriers lead many PwDs to confine themselves to their homes or to need companions to go out.

Contribution: in line with the social model of disability, this study demonstrates that the main barriers are not the limitations of these people, but physical, social and political obstacles that restrict their access to urban space.

Keywords: Right to the City; Appropriation; People with Disabilities; Social Model of Disability; Narrative Analysis.

INTRODUÇÃO

A normatização do corpo no contexto capitalista implica uma padronização que não acomoda as variações corporais, exigindo que pessoas que não se adequam a esse padrão se ajustem a ambientes que



não foram projetados para elas. Isso se reflete em todo o ambiente urbano que não considera a diversidade corporal. O capacitismo, como manifestação desse pensamento excludente (Alves, 2019), contribui para a exclusão material, organizacional e simbólica das pessoas com deficiência (PcDs) nas estruturas da cidade contemporânea (Humphry *et al.*, 2020).

De acordo com Oliver (2009), a exclusão social enfrentada pelas PcDs está intrinsecamente ligada à maneira como a sociedade reage às suas limitações. Ainda hoje, na sociedade moderna, a deficiência é muitas vezes percebida como algo indesejável e desagradável, resultando em discriminação, exclusão e opressão frequentes contra esse segmento da população. No entanto, apesar das tentativas de despolitizar os corpos de PcDs, enfraquecendo seu poder de tomar decisões sobre suas próprias vidas, essas pessoas aprenderam a lutar por seus direitos (Ivanovich; Gesser, 2020). Assim sendo, nos últimos anos as PcDs têm ganhado cada vez mais visibilidade, especialmente devido ao fortalecimento do modelo social da deficiência. Essa abordagem essencial traz à tona dois conceitos fundamentais para a compreensão da deficiência: a lesão, relacionada à limitação individual e a deficiência como desvantagem ou restrição ocasionada pela estrutura social, que desconsidera as pessoas que têm algum tipo de lesão, excluindo-as da participação das ações sociais (Santos, 2016).

O modelo social destaca as deficiências das políticas públicas, evidenciando que grande parte dos desafios enfrentados pelas PcDs no cotidiano urbano decorre do fracasso do planejamento, da política e do desenho urbano, e não da pessoa em si. Ou seja, embora a cidade seja habitada por uma população diversificada, que compartilha o mesmo espaço comum, ela deveria ser planejada para atender às necessidades de todos os seus habitantes.

Nesse contexto, o problema que se impõe é a persistente exclusão das PcDs nos processos de produção e uso do espaço urbano, revelando a ausência de práticas efetivas que garantam sua apropriação e participação plena na cidade. A luta por espaços inclusivos e a reivindicação do direito à cidade é necessária para desafiar a ordem estabelecida e promover uma urbanização que valorize o uso e a fruição da cidade por todos os seus habitantes, reconhecendo e respeitando a diversidade de formas de ser e existir. Essa visão enfatiza a necessidade de uma cidade que seja, verdadeiramente, uma obra coletiva, construída e reconstruída diariamente por todas as pessoas que nela vivem. Para tanto, este artigo tem como objetivo compreender os processos que envolvem e impedem a apropriação das PcDs na produção e reprodução do espaço urbano de uma cidade do sul de Minas Gerais, à luz do direito à cidade e ancorada na perspectiva do modelo social da deficiência. Especificamente, este artigo busca resgatar as vivências das PcDs em relação ao uso do espaço urbano e caracterizar os desafios enfrentados na apropriação do espaço da cidade.

1. DIREITO À CIDADE

Henri Lefebvre nasceu em 1901, na França, e formou-se em filosofia em 1920. Ao longo de sua vida, produziu diversos livros que têm importante contribuição e influência na teoria urbana contemporânea. O direito à cidade foi proposto pela primeira vez por Lefebvre em sua obra “Direito à cidade” (do francês *“Le Droit à la Ville”*), publicada em 1968. Conforme Purcell (2014), a proposta política e intelectual de Lefebvre era realizar uma crítica à sociedade e propor uma direção para além do capitalismo, do Estado e do consumismo. Para tanto, Lefebvre denuncia a submissão da sociedade à economia, o domínio do espaço urbano pelo Estado e a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso (Huchzermeyer, 2017).

Lefebvre (2011) defende o direito à cidade como o direito à vida urbana, transformada e renovada. O autor afirma, ainda, que se trata de um direito que se apresenta como a forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Envolve o “direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito de propriedade)” (Lefebvre, 2011, p. 134). O direito à obra diz respeito à participação dos habitantes na produção do espaço urbano, ao passo que o direito à apropriação diz respeito ao uso total do espaço urbano por meio do desenvolvimento da vida cotidiana.

O conceito de cidade como obra foi proposto por Lefebvre (2011, p. 52), associando-a a uma obra de arte propriamente dita, sendo que “[...] se há produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos”. Essa afirmação ressalta a complexidade da cidade como um fenômeno social, em vez de meramente uma construção física. Ao invés de focar apenas nos edifícios e estruturas materiais, Lefebvre (2011) argumenta que a verdadeira essência da cidade reside nas interações e dinâmicas sociais entre as pessoas que a habitam.

A cidade como obra está em constante evolução, sendo os artistas os próprios habitantes urbanos. Da mesma forma que um artista molda e transforma sua obra ao longo do tempo, os habitantes da cidade influenciam ativamente o espaço urbano por meio de suas práticas cotidianas. Assim, “[...] deve ser valorizada como uma obra que é criada e recriada todos os dias pelas práticas cotidianas dos habitantes urbanos” (Purcell, 2003, p. 578).

Coaduna com o pensamento de Rolnik (2017) sobre a dimensão arquitetônica da cidade, a qual conta, por si só, a sua história, podendo ser lida tal qual um texto. Isso porque a arquitetura passa a ser um repositório de memória coletiva, um registro das atividades realizadas pelos antepassados. A forma como as ruas, casas, praças e outras estruturas são delineadas conta sobre aqueles que trabalharam em sua edificação e expressa o seu mundo.



Essas proposições caminham para a compreensão de que a natureza da cidade é social. Mas existe uma relação de reciprocidade, em que, ao mesmo tempo que as pessoas fazem a cidade por meio de suas atividades cotidianas e compromissos políticos, intelectuais e econômicos, a cidade também faz o indivíduo (Harvey, 2003). Como Lefebvre (2011, p. 51) explica, a cidade “sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes, com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto”. Essa compreensão ressalta a complexidade e a interdependência entre a cidade e a sociedade, reconhecendo sua relação dinâmica e em constante evolução.

Consequentemente, a mudança da sociedade ao longo do tempo levou a grandes transformações na concepção da cidade. Lefebvre (2011) descreve o processo de industrialização como indutor dos problemas relacionados ao crescimento urbano e ao progresso da realidade urbana. Isso ocorre através de dois fenômenos. Primeiramente, a industrialização desvaloriza o papel central da cidade, levando à implosão, na qual a potência política e comercial da cidade perde sua relevância social. Em seguida, ocorre a explosão da cidade, com a dispersão de fragmentos urbanos pela região (as periferias), resultando na formação de uma anticidade que nega a cidade política-comercial. Essa anticidade é caracterizada pela prevalência das relações baseadas no valor de troca sobre o valor de uso, levando à substituição da obra pela mercadoria e à padronização das relações sociais e espaço-temporais (Araújo, 2012).

Ocorreu, então, a denominada mercantilização do espaço urbano, de forma que o valor de uso praticamente sucumbiu ao valor de troca, e as noções de comunidade e usufruto do espaço público esmoreceram (Lefebvre, 2011). Assim, embora o valor de uso seja fundamental para a cidade, “o valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (Lefebvre, 2011, p. 14). Notadamente, o conceito de direito à propriedade foi responsável por promover a alienação do ambiente urbano dos habitantes. Assim, a cidade moderna capitalista tornou-se um espaço de exploração.

Os conceitos de valor de uso e valor de troca estão enraizados em Marx (2013, p. 114), o qual traz as seguintes definições: “valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. Já o valor de troca “aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço”. Enquanto obra é valor de uso, produto é valor de troca.

Assim, a cidade apresenta o seguinte paradoxo: ao mesmo tempo que é local de agregação, ela também promove a segregação de seus habitantes de diferentes maneiras. Uma vez que seu espaço é

único, mas compartilhado por todos, essa divisão não é feita de maneira coerente e justa, ou que permita a todos o direito de usá-lo plenamente. Desde o surgimento das cidades, os diferentes habitantes se agrupam conforme seus interesses e ocupam certas áreas urbanas, excluindo aqueles que não pertencem ao mesmo grupo (Cosenza; Resende, 2006).

Lefebvre (2011) defende a tese de que o habitar foi integrado pelo habitat, ou seja, ao passo que antes do urbanismo moderno o viver era uma ação social que promovia uma identidade urbana e possibilitava a participação política (habitar), esse processo foi reduzido à ocupação de uma moradia, sem vínculo com a ação política (habitat). Para Lefebvre (2011, p. 23), habitar diz respeito a “participar de uma vida social, de uma comunidade, de uma aldeia ou cidade”. Ou seja, certos segmentos da população foram impossibilitados de se envolverem nas decisões relacionadas à cidade.

Consoante Araújo (2012, p. 136), “o ato de habitar é uma condição revolucionária porque é capaz de se opor dialeticamente ao movimento de homogeneização do capital, mas habitar não se resume apenas a ter uma moradia, afinal, trata-se do direito à cidade no sentido político mais profundo possível”. Lefebvre, então, propõe o resgate do valor de uso e da cidade como obra, a qual precisa ser produzida e reproduzida pelos próprios habitantes (Lefebvre, 2011). Uso, para Lefebvre (2011, p. 53), diz respeito à “fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro”. Envolve o gozo, o desfrute, a utilização da cidade como um todo, dos seus benefícios e de tudo que oferece. Isso implica uma utilização da cidade que vai além das relações econômicas e do valor de troca, enfatizando a importância do desfrute e o gozo da vida na cidade.

Tendo em vista que a organização da cidade advém de um processo histórico e cultural que tanto influencia quanto é influenciado pelo modo de vida e pensamento de seus habitantes, de que essa organização é dinâmica e pode ser modificada conforme mudam os aspectos que a constituem, esses aspectos devem ser analisados cuidadosamente para que políticas públicas sejam eficazes em alcançar as mudanças desejadas (Cosenza; Resende, 2006). Cosenza e Resende (2006, p. 32) explicam que “mais do que um espaço físico, a cidade configura um espaço de convivência, cidadania, conflitos, revoluções e conquistas que deve estar ao alcance de todos os cidadãos. Caso contrário, ela se torna um poderoso instrumento de exclusão”.

Diante disso, este artigo parte da necessidade urgente de que as PcDs se apropriem e participem ativamente da produção do espaço urbano para que possam habitar a cidade e, assim, exercerem plenamente seus direitos como cidadãos. É essencial que a cidade reconheça e valorize a diversidade, colocando as experiências urbanas de diferentes grupos no centro das políticas públicas.

2. PANORAMA JURÍDICO



Influenciada pelo modelo social da deficiência, em 2006 foi aprovada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo, instrumento ratificado pelo Brasil com equivalência de emenda constitucional em 2008, por meio do Decreto Legislativo nº 186 e promulgada em 25 de agosto de 2009, através do Decreto 6.949. A CDPD visa “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (Brasil, 2009). A CDPD tem como objetivo promover às pessoas com deficiência viver de modo independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida. Embora não trate especificamente do direito à cidade, define o dever dos Estados partes em adotar medidas para:

Assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural (Brasil, 2009).

Em relação ao Brasil, existem diversos instrumentos normativos (constitucionais e infraconstitucionais) que estabelecem, direta ou indiretamente, o direito à cidade para pessoas com deficiência. Primeiramente, é importante retomar alguns elementos norteadores na Constituição Federal, a qual estabelece, dentre os fundamentos do Estado Democrático de Direito, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Outrossim, a Carta Magna define enquanto objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Ainda no artigo 5º, *caput*, tem-se a previsão da igualdade de todos, sem distinção de qualquer natureza (Brasil, 1988).

Esses pilares constitucionais, a dignidade da pessoa humana, a cidadania e a igualdade, são essenciais para fundamentar o direito à cidade. Eles impõem ao Estado e à sociedade o dever de assegurar que o ambiente urbano seja acessível, inclusivo e promova o pleno desenvolvimento de todos os seus habitantes, sem qualquer forma de discriminação, garantindo que as PcDs possam exercer integralmente seu direito de viver, participar e usufruir da cidade.

Outrossim, a Constituição Federal, capítulo II, artigos 182 e 183, determina a regulação da política de desenvolvimento urbano por normas infraconstitucionais, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e de modo a garantir o bem-estar de seus habitantes. A norma exige a criação de um plano diretor para o desenvolvimento e expansão das cidades.

Em 2000, foi promulgada a Lei 10.098, a qual estabelece normas gerais para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A lei determina a obrigatoriedade

do planejamento e a urbanização das vias públicas, parques e espaços de uso público acessíveis a todas as pessoas.

Em 2001, foi promulgada a Lei nº 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, a qual estabelece diretrizes da política urbana. No artigo 2º do referido dispositivo legal, inciso I, há a previsão do direito a cidades sustentáveis, entendida como: “direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. O artigo 41 estabelece a obrigatoriedade do plano diretor para as cidades, e determina, no parágrafo 3º, questões relacionadas à acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida:

§ 3º As cidades de que trata o caput deste artigo **devem elaborar plano de rotas acessíveis**, compatível com o plano diretor no qual está inserido, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a **garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes**, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros (Brasil, 2001).

O Estatuto da Cidade não apenas fundamenta a política urbana no Brasil, mas também serve como o principal instrumento legal para a concretização do Direito à Cidade ao definir diretrizes, objetivos e instrumentos que visam tornar as cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis para todos os seus habitantes.

O Decreto 5.296, promulgado em 2004, determina que “A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto”.

Em 2012 foi promulgada a Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei nº 12.587/12, que estabelece como objetivo a melhoria da acessibilidade e mobilidade de pessoas e cargas no município. Não obstante, em 2015, promulgou-se a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Nela, são apresentados alguns conceitos relevantes, como acessibilidade, desenho universal e barreiras urbanísticas e arquitetônicas.

Além disso, o direito à cidade integra os direitos humanos, apresentando características próprias dos direitos coletivos e difusos. Pode-se considerar que esse direito, enquanto direito humano, decorre da condição da pessoa humana nas cidades, constituindo uma questão fundamental para o desenvolvimento da civilização, pautado em valores como solidariedade, justiça social e paz. Compreender o direito à cidade como um direito humano qualifica o significado dos direitos das pessoas



que vivem nas áreas urbanas, ao configurar uma visão de cidade que deve ser justa, democrática e sustentável (Saule Júnior; Libório, 2021).

Dessa forma, o complexo normativo delineia um robusto arcabouço jurídico para a garantia do direito à cidade para as pessoas com deficiência. Tais instrumentos estabelecem o alicerce para que o espaço urbano seja verdadeiramente um ambiente de inclusão, onde a cidadania e a dignidade das PcDs sejam plenamente realizadas. Contudo, a efetividade desses direitos, como se verá na análise dos dados empíricos, ainda representa um desafio persistente no cotidiano das cidades brasileiras.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Epistemologicamente, esta pesquisa parte de uma perspectiva emancipatória sobre a deficiência. A partir do trabalho de Stone e Priestley (1996), Barnes (2001) propôs seis princípios basilares da pesquisa emancipatória, quais sejam: a) incorporação das PcDs no processo de pesquisa e prestação de contas dos resultados à comunidade com deficiência; b) adoção do modelo social da deficiência enquanto base epistemológica do estudo; c) contestação à objetividade na pesquisa; d) escolha de métodos coerentes com o paradigma teórico utilizado; e) foco na experiência individual e coletiva e f) benefício prático do estudo. Todas essas orientações foram adotadas no decorrer deste estudo.

A pesquisa foi realizada em uma cidade do sul de Minas Gerais. Definiu-se como perfil adequado para o estudo: a) ter disponibilidade para participar de maneira voluntária da pesquisa; b) residir na cidade da pesquisa; c) ter deficiência visual ou motora.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFLA (CAAE 59480322.5.0000.5148). A pesquisa contou com a técnica de amostragem bola de neve, a qual consiste em amostra não probabilística que emprega cadeias de referência (Vinuto, 2014). Cada entrevistado indicava novos contatos com base em suas redes pessoais e o procedimento se repetiu até a 19ª entrevista, na qual não surgiram novos nomes, indicando processo de saturação (Vinuto, 2014). As narrativas foram transcritas na íntegra, sem qualquer modificação ou correção, para preservar a fidelidade às falas dos participantes. Essa abordagem visa garantir que suas experiências e percepções sejam retratadas de maneira autêntica, respeitando suas formas de expressão e garantindo a integridade dos relatos.

A fim de garantir o anonimato das pessoas participantes, seus nomes foram substituídos por nomes bíblicos, os quais foram escolhidos aleatoriamente e não há nenhuma relação entre a história dos entrevistados e a história dos personagens. São eles: Paulo, Davi, Samuel, Daniel, José, Mateus, Marcos, João, Estevão e Tiago para os homens. São elas: Sara, Rebeca, Mirian, Débora, Rute, Ester, Maria, Ana e Priscila para as mulheres. O Quadro 1 apresenta informações relacionadas à faixa de idade e deficiência de cada um dos entrevistados.



Quadro 1 – Nome fictício, faixa de idade e tipo da deficiência das pessoas entrevistadas

Nome fictício	Faixa de idade	Deficiência
Paulo	Mais de 60 anos	Deficiência visual
Sara	Mais de 60 anos	Deficiência visual
Davi	Mais de 60 anos	Deficiência visual
Samuel	Mais de 60 anos	Deficiência física
Rebeca	Mais de 60 anos	Deficiência visual
Mirian	De 51 a 60	Deficiência visual
Daniel	De 51 a 60	Deficiência visual
José	De 51 a 60	Deficiência visual
Mateus	De 51 a 60	Deficiência visual
Marcos	De 51 a 60	Deficiência física
João	De 41 a 50	Deficiência visual
Débora	De 31 a 40	Deficiência física
Estevão	De 31 a 40	Deficiência visual
Rute	De 31 a 40	Deficiência física
Ester	De 31 a 40	Deficiência física
Tiago	De 18 e 30	Deficiência física
Maria	De 18 e 30	Deficiência física
Ana	De 18 e 30	Deficiência física
Priscila	De 18 e 30	Deficiência física

Fonte: Informações da pesquisa (2024).

As leituras das narrativas foram realizadas procurando evidenciar os elementos fundamentais relacionados ao cotidiano urbano, tendo como categoria central a apropriação. As narrativas foram lidas e relidas, tentando identificar sentidos e significados compartilhados. A partir das leituras, elas foram divididas nas seguintes subcategorias: acessibilidade, relações interpessoais e dependência e interseccionalidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO



A categoria apropriação é fundamental no direito à cidade, pois representa a possibilidade de os cidadãos utilizarem plenamente os espaços urbanos, integrando-os à vida cotidiana (Lefebvre, 2011). Consoante Purcell (2003, p. 2003), o direito à apropriação envolve “direito de viver, se divertir, trabalhar, representar, caracterizar e ocupar o espaço urbano em uma determinada cidade”. As entrevistas evidenciaram aspectos cruciais para a apropriação do espaço urbano, os quais estão intrinsecamente relacionados aos direitos de apropriação apontados por Purcell (2003). No entanto, os informantes também destacaram diversos obstáculos que impedem a concretização desse direito na prática, dificultando o pleno uso do espaço urbano.

4.1. ACESSIBILIDADE

Apesar das peculiaridades de cada relato, todos convergiram para um tema comum: a acessibilidade, ou melhor, a falta dela. Essa palavra foi repetida diversas vezes em todas as entrevistas, mas com diferentes enfoques. Seu significado e relevância estão intimamente ligados ao contexto de vida de cada entrevistado, considerando o tipo de limitação física ou visual, a personalidade, o local de residência, a condição financeira, o trabalho, os relacionamentos sociais e a percepção da própria deficiência.

A análise das narrativas revelou quatro temas principais relacionados à acessibilidade. Primeiro, a percepção dos entrevistados sobre a importância da acessibilidade em suas vidas e como eles avaliam a cidade nesse aspecto. Em seguida, surgem os problemas específicos que os informantes enfrentam no dia a dia devido às barreiras físicas no espaço urbano, que envolvem desde os problemas com a mobilidade urbana até a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, de frequentar os espaços públicos e privados. Os sentimentos que essas barreiras despertam também se destacam com termos como “medo”, “frustração” e “insegurança”, frequentemente mencionados. Por fim, foi evidenciada a ideia de que uma sociedade acessível beneficia não apenas as PcDs, mas toda a comunidade. Cada um desses temas será abordado a seguir.

4.1.1. PERCEPÇÕES SOBRE ACESSIBILIDADE E A VIDA NA CIDADE

A acessibilidade é frequentemente citada na literatura como uma das principais limitações enfrentadas pelas PcDs no cotidiano urbano (Albers *et al.*, 2020; Bertolino; Moraes; Bortolo, 2021; Calado *et al.*, 2019; Klein; Grigoletti, 2021; Kuyven *et al.*, 2021; Machado; Lima, 2015; Régis; Nogueira, 2021). Conforme apontado por Yardimci e Bezmez (2018), a ausência ou inadequação de espaços, serviços e



equipamentos acessíveis não apenas dificulta o acesso dessas pessoas a diferentes locais, mas também restringe sua participação plena na vida comunitária. Ou seja, a falta de acessibilidade afeta não somente a apropriação, mas atua como óbice à participação.

Como destacam Pinheiro, Barbosa e Rocha (2020), a falta de acessibilidade é um dos principais empecilhos para a inclusão efetiva das PcDs na sociedade. Esses problemas, por sua vez, são enfrentados por esse grupo à medida que eles passam a frequentar espaços que antes sequer eram permitidos a eles. Essa realidade é evidente nas narrativas dos informantes, cujas experiências demonstram que, sem uma acessibilidade adequada, a cidade não é plenamente vivida, mas sim um espaço de constantes barreiras e limitações.

Tudo pra quem anda de cadeira de rodas é acessibilidade, o diretor da nossa vida é a acessibilidade. Porque sem ela a gente não consegue fazer nada. Não consegue. (Ester)

O uso da expressão "*diretor da nossa vida*" por Ester sugere que a acessibilidade é o fator que orienta e determina as possibilidades de interação e vivência no espaço urbano. Assim, o seu relato revela a dependência de uma infraestrutura acessível para viabilizar suas atividades diárias.

Nesse contexto, Régis e Nogueira (2021) destacam a interdependência entre os conceitos de direito à acessibilidade e direito à cidade. Sem a acessibilidade, as PcDs são impedidas de viver e participar plenamente do espaço urbano. O conjunto de barreiras existentes não apenas limitam sua mobilidade, mas obstruem a apropriação e participação plena na vida comunitária, tornando a experiência de habitar a cidade um grande desafio.

Pineda (2022) aponta que uma cidade que não prioriza a inclusão e acessibilidade das PcDs está afirmando que esses indivíduos não possuem o mesmo valor de cidadania que aqueles sem deficiência. Essa afirmação expõe uma desigualdade estrutural profundamente enraizada, em que as políticas e práticas urbanas excluem ativamente PcDs ao ignorarem suas necessidades. Assim, as cidades que não promovem políticas de diferença optam por incluir apenas o que consideram normativo.

Apesar da importância da acessibilidade na vida das PcDs, essa realidade ainda está longe de ser alcançada. Segundo Yardimci e Bezmez (2018), a simples ação de "sair de casa" exige um planejamento cuidadoso por parte das PcDs, que devem considerar várias questões relacionadas à acessibilidade, tanto na mobilidade quanto nos locais que desejam visitar. Os numerosos obstáculos presentes no ambiente urbano tornam atividades cotidianas, como viver, deslocar-se e trabalhar, verdadeiros desafios para as PcDs.

[...] os defeitos que tem [nome da cidade] são os mesmos que encontra em qualquer cidade, São Paulo, no Rio, Uberaba, Uberlândia, Poços de Caldas [...] é o de sempre, falta de respeito às leis municipais, código de posturas, código de construção, esse negócio



todo, isso todo lugar tem, as leis existem, não são respeitadas, que às vezes as pessoas não têm consciência da existência das leis e principalmente porque não são fiscalizadas. (Paulo)

Como observa Paulo, os problemas de acessibilidade não são restritos à cidade pesquisada, mas são constantes na maioria das cidades brasileiras, sejam elas de grande, médio ou pequeno porte, conforme apontam estudos (Albers *et al.*, 2020; Bertolino; Moraes; Bortolo, 2021; Calado *et al.*, 2019; Klein; Grigoletti, 2021; Kuyven *et al.*, 2021; Machado; Lima, 2015; Régis; Nogueira, 2021).

Isso demonstra que o direito à cidade para PcDs não é uma questão pontual e localizada. É uma questão global que envolve a concepção dominante sobre a deficiência que se reflete nas políticas e projetos públicos. Como explicam Rebernik *et al.* (2020, p 1-2), “Os governos das cidades ainda lutam para compreender a diversidade das necessidades dos cidadãos”.

Especificamente em relação à cidade pesquisada, as narrativas revelam que, apesar do crescimento e desenvolvimento da cidade, as dificuldades para acessar o espaço urbano são cada vez maiores.

Olha, a gente não tem nada acessível [...] [nome da cidade] também não tem nada para oferecer. (Mirian)

[Nome da cidade] cresceu muito, mas não acompanhou o crescimento, e assim, com tantas pessoas deficientes que tem em [nome da cidade], os passeios, as coisas de [nome da cidade] são horríveis para as PcDs, as coisas são terríveis. Não tem o mínimo de acessibilidade [...]. Eu acho assim, que a cidade cresceu muito mas não desenvolveu e assim não se preocupou com as PcDs. (Mateus)

[nome da cidade] piorou, vem piorando. Ela não melhorou nunca, que eu, o tempo que eu estou deficiente, estou com baixa visão para cá, eu não vi melhora nenhuma, eu vi piora. (Rebeca)

[Nome da cidade] deu uma boa melhorada em muitas coisas. Um problema daqui de [nome da cidade] é que tá precisando de ter mais oportunidade para a gente que é deficiente. (José)

A cidade evoluiu demais. Cresceu muito, faculdades, universidades, isso tudo melhora no todo. (Samuel)

Primeiramente, é importante ressaltar que todos os informantes criticaram a falta de acessibilidade da cidade. Os relatos mostram que, embora a cidade tenha crescido, esse desenvolvimento não contemplou as PcDs. Inclusive, para alguns entrevistados, a cidade piorou no aspecto relacionado à acessibilidade. Isso significa que o desenvolvimento urbano da cidade tem sido excludente. Embora haja melhorias no seu crescimento, essas mudanças não atendem às necessidades das PcDs, perpetuando sua marginalização no espaço urbano.

Esses relatos evidenciam como o processo de urbanização da cidade reflete uma estrutura capitalista e capacitista, em que o crescimento e desenvolvimento da cidade privilegia apenas certos grupos sociais, deixando as PcDs à margem. Cosenza e Resende (2006) apontam que a estrutura da cidade

contemporânea é moldada pelos interesses de um grupo gestor dominante, o qual privilegia certos grupos sociais em detrimento de outros. No contexto capitalista, a normatização do corpo resulta em uma padronização que ignora as variações corporais, forçando aqueles que não se encaixam nesse padrão a se adaptarem a ambientes inadequados para suas necessidades. Essa falta de consideração pela diversidade corporal permeia todo o ambiente urbano, refletindo-se na exclusão e marginalização das PcDs.

Assim, em vez de a cidade crescer e se desenvolver levando em conta a heterogeneidade da população e buscando incluir a todos indistintamente, na prática, ela é projetada para o sujeito padrão, deixando que os demais se ajustem como puderem. Ou seja, as PcDs é que precisam se adaptar à cidade e não o contrário (Cosenza; Resende, 2006). Dessa forma, grupos vulneráveis, cujas necessidades diferem desse modelo, acabam sendo excluídos (Rebernik *et al.*, 2020).

Embora existam leis nacionais e internacionais determinando o direito à acessibilidade das PcDs – assim como normas técnicas relacionadas a esse tema (Cosenza; Resende, 2006), as quais foram fortemente influenciadas pelo modelo social da deficiência – na prática elas não têm gerado um impacto significativo no cotidiano das PcDs.

Questão da pessoa, a pessoa fala assim, ah mas a minha loja é acessível, botei rampa, ótimo, parabéns. Você cumpriu a sua obrigação. Mas pessoa com deficiência não é só subir a rampa e mesmo a pessoa que usa a cadeira de rodas subiu a rampa e aí? Ele vai ter um atendimento digno, vai ter um, vai ter um espaço de sentar numa mesa com conforto. “A não, a gente encosta ele ali e põe uma mesinha mais ou menos”. Não, ele tem que assentar numa mesa igual as outras pessoas. Então você tem que ter um vão na mesa que ele possa sentar. Não é só cumprir a tabela, né? (Daniel)

Porque a questão da acessibilidade se limita muito a rampa e banheiro com espaço para passar a cadeira de rodas, e não é só isso. Porque não adianta ser aquela rampa hiper inclinada. É a questão da independência, precisa de uma pessoa empurrando, sabe, você não ter autonomia de empurrar a cadeira e tem um risco de às vezes você estar empurrando e virar pra trás, né. Então é tudo isso, não se limita só à rampa e banheiro espaçoso, sabe? (Priscila)

No centro tem rampas, né. Tem tudo mais adaptado, nos bairros assim não tem. Nos bairros é ruim demais, não tem a calçada larga, não tem rampa, mas aí eu vou me virando. (Marcos)

As narrativas mostram que a acessibilidade vai além de simplesmente cumprir o mínimo exigido pela legislação ou seguir as normas de forma inadequada apenas para parecer acessível. A verdadeira acessibilidade implica na inclusão plena e efetiva das PcDs, promovendo o uso da cidade e de todos os seus benefícios (Lefebvre, 2011).

Régis e Nogueira (2021), em seu estudo sobre Florianópolis, afirmam que, apesar dos avanços na implementação das leis de acessibilidade, a efetividade dessas medidas é frequentemente comprometida por vários fatores, como a falta de respeito e a manutenção inadequada das estruturas. Muitas vezes, as



áreas acessíveis são obstruídas e negligenciadas. De maneira semelhante, Albers *et al.* (2020) analisaram a acessibilidade em estabelecimentos comerciais de duas cidades turísticas da Serra Gaúcha e constataram que, embora a maioria tenha portas acessíveis, a falta de acessibilidade interna dificultaria um atendimento adequado às PcDs. Outros estudos também identificaram que instrumentos destinados a promover a acessibilidade estão, na realidade, mal distribuídos, mal posicionados ou inadequados (Klein; Grigoletti, 2021; Kuyven *et al.*, 2021).

Conforme explicam Rebernik *et al.* (2020), as cidades geralmente carecem de uma abordagem holística e sistêmica para promover a inclusão de PcDs, resultando em ações que são pontuais e voltadas apenas para atender necessidades específicas. Ou seja, as cidades frequentemente não adotam uma visão integrada e abrangente em relação à acessibilidade e inclusão das PcDs. Régis e Nogueira (2021) caminham nessa direção, destacando a falta de integração entre os órgãos públicos e, conseqüentemente, a realização de intervenções isoladas e pontuais como um limitador na promoção da acessibilidade. A falta de uma abordagem holística implica políticas e ações implementadas de maneira fragmentada, focando apenas em problemas isolados em vez de considerar as interconexões entre diferentes aspectos da vida urbana.

Isso mostra que, embora existam normas e leis para garantir a acessibilidade, mesmo quando há a intenção de cumpri-las, a efetividade dessas medidas é frequentemente prejudicada por falhas, como a falta de observância dos critérios técnicos e um planejamento inadequado.

Outrossim, o relato de Marcos de que o centro da cidade possui rampas, enquanto os bairros não têm essas adaptações evidencia uma desigualdade territorial na implementação de medidas de acessibilidade. Assim, uma PcD que vive na periferia enfrenta ainda mais dificuldades do que aquela que reside no centro da cidade. O estudo de Calado *et al.* (2019) evidencia essa realidade. A pesquisa, realizada em São Paulo, destaca o seguinte problema: as regiões mais abastadas recebem maior investimento e manutenção na infraestrutura, o que facilita a mobilidade e a participação das PcDs na vida urbana. Em contraste a isso, as regiões mais pobres enfrentam uma carência de recursos e infraestrutura adequada, o que agrava os problemas de acessibilidade.

Em conclusão, tendo como fundamento a concepção de apropriação proposta por Lefebvre (2011) enquanto uso total e completo da cidade, dos seus benefícios e tudo o que oferece, assim como a afirmação do valor de uso sobre o valor de troca, fica claro que sem acessibilidade é impossível apropriar-se do espaço urbano.

4.1.2. OBSTÁCULOS NO COTIDIANO URBANO



Nas ruas movimentadas da cidade pesquisada, uma cena recorrente se desenrola: PcDs optam por caminhar pela rua em vez de utilizar as calçadas. A razão por trás dessa escolha é a flagrante falta de acessibilidade nos passeios públicos. Enquanto as calçadas estão repletas de problemas, a rua, paradoxalmente, apresenta-se como uma alternativa “*livre de obstáculos*”, embora repleta de riscos, pois as PcDs caminham na mesma via de veículos terrestres como carros, caminhões, motocicletas e bicicletas.

Eu falo que a rua é maravilhosa, mas olha, chegar à rua é a pior coisa que tem, assim, ir para a rua, as calçadas são péssimas, com muitos degraus, muitos buracos, nenhum trabalho de melhoria dessas calçadas, nem aqui no bairro, tampouco lá no centro. (Rebeca)

Eu tenho que andar muito com a cadeira na beirada, à beira do asfalto, tomando cuidado com os carros. (Marcos)

Eu vindo da faculdade, eu durante 5 anos eu voltei da faculdade andando para o meio da rua porque não tinha calçada, era degrau, era buraco, era lixeira, era coisas que serviriam para me machucar, na verdade [...] A gente anda na rua tropeçando em ambulante, tropeçando em coisas fora do lugar, sacos de lixo para tudo quanto é lado. (João)

Eu não ando em passeio que é impossível cego andar em passeio aqui em [nome da cidade]. (Sara)

[...] árvore no meio do caminho, calçada tudo quebrada, cheio de pedra [...] é poste, você está andando e de repente tem uma lixeira e um poste junto assim, ó, aqui em [nome da cidade] tem muito isso aí. (José)

Eu acho que ali para a gente assim, cadeirante, aquelas ruas ali da praça, é muito difícil para andar na cadeira, aqueles paralelepipedalzinho ali, nossa, é horrível. Para andar ali é muito difícil. Normalmente, quando eu vou no centro assim com as minhas irmãs, a gente prefere andar na rua porque no passeio mesmo não tem como andar. Não, não tem como, ou tem uns que é pequeno demais, aí não dá para você passar entre, tipo assim, entre a loja e o poste, aí ali já não dá pra você passar. Ou quando não é isso é o passeio esburacado, ou de paralelepípedo que de cadeira é horrível. (Rute)

Se você subir a Rua Santana tem uma farmácia de esquina e tem uma loja. Tem 2 vasos deste tamanho {sinaliza que são grandes} na calçada e a calçada é deste tamanho {sinaliza que é pequena}. Então, na hora que eu passo ali ou trombo no primeiro vaso, desvio, é uma paraolimpíada, na hora que eu trombo no segundo vaso e desvio o que que tem na minha frente, o poste. (Daniel)

Eu ando muito bem de bengala, com muito cuidado, deslocamento é mais lento por causa dos buracos, raiz de árvore, passeios, cimentos levantados, né? Mesa, cadeira, lixeira, bicicleta em cima do passeio, antigamente ainda tinha os orelhões, que era triste, que a bengala não pega, pega só embaixo, em cima não protege, né? Teria que andar de capacete também, aí também é demais né, mas a gente memoriza também nos circuitos que a gente faz, que eu fazia mais, aonde tinha orelhões, não aqueles nos postinhos na beira do meio fio, mas aqueles que eram chumbados nas paredes né, lixeira também, um perigo danado, mas quando é um trecho que a gente passa com regularidade a gente memoriza, lembra onde tem os obstáculos, vai chegando a gente já vai com o braço levantado na frente do rosto. Eu me locomovo muito bem porque eu tenho um mapa mental da cidade. Eu tenho uma memória boa ainda, eu tenho meus pontos de referência [...] Referência pra mim é bairro, rua, número do lugar. (Paulo)

Os informantes relataram diversos problemas, como calçadas irregulares com degraus, buracos e protuberâncias; bueiros sem tampa; passeios estreitos; revestimentos inadequados; falta de manutenção e melhorias nas calçadas; e obstáculos como postes, placas e orelhões. As calçadas, que deveriam ser

espaços seguros e acessíveis para todos, se tornaram verdadeiras armadilhas, obrigando as PcDs a buscarem alternativas arriscadas. A partir dessas narrativas, é possível perceber a importância que as PcDs atribuem às calçadas e o quanto a falta de acessibilidade nessa via pública é um problema grave em suas vidas.

Além disso, muitos problemas de acessibilidade mencionados são causados por ações da própria população, como a instalação de lixeiras em alturas inadequadas, toldos, vasos de plantas, manequins, mostruários, barracas, cadeiras e mesas, que obstruem as calçadas. Embora a fiscalização dessas questões seja responsabilidade do município, é essencial conscientizar a sociedade sobre seu papel na promoção da acessibilidade.

Exemplo disso é o estudo de um bairro residencial planejado, entregue em 2012, realizado por Bertolino, Morais e Bortolo (2021). A pesquisa revela que, apesar de atender aos requisitos de acessibilidade, as calçadas foram deterioradas devido a obstruções e mudanças feitas pelos próprios residentes, evidenciando que a responsabilidade pela acessibilidade não recai apenas sobre o poder público, mas também sobre a conscientização e o comportamento da população.

Para todos esses problemas relatados já existe legislação. A NBR 9050/2015 (Brasil) estabelece um conjunto de critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Dentre as questões abordadas nesse instrumento normativo, existem as normas técnicas relacionadas às calçadas, as quais devem seguir um conjunto de critérios para que sejam acessíveis.

Tendo em vista os diversos problemas apresentados, não é incomum os relatos de acidentes.

Esses dias esbarrei numa placa ali perto, numa loja, uma placa que estava na calçada, o cara dentro da loja achou ruim comigo ainda que eu derrubei a placa, a placa não deveria estar lá. (João)

Teve uma vez que eu fui levar a minha filha no médico, minha filha distraiu um pouco, o toldo enfiou dentro do meu olho assim, aí parece que o olho ia sair pra fora, sabe, e eu naquele desespero, aquela dor, a moça da loja falou assim: “Você quer que eu arrume um gelo pra você?”, eu falei: “Arruma pra mim por favor”. Aí a moça que trabalha lá na loja eu peguei e falei: “Não pode ficar assim”, aí ela falou “Isso aqui tem anos que tá assim”, eu falei “Oh, tem anos que tá assim, mas uma hora uma pessoa com deficiência ia acontecer o que aconteceu”. (Mateus)

Se eu for lá, me jogar lá no centro, eu não vou nem para frente nem para trás. Uma vez que eu fui tentar quase que eu caí de cara no chão, ali naquele Banco Mercantil, não tem aquelas pedras {está se referindo ao revestimento de pedra portuguesa}. Aí eu fui, a hora que uma pedrinha agarrou na roda, menina, se o moço tivesse passando não segurasse eu ia cair de cara no chão, ia arrebentar os dois joelhos. Descendo aquele negócio no Mercantil, aquela rampinha que eles pois, aqueles paralelepípedos, aquelas pedras gigantes lá, naquele passeio da praça, aquilo lá, até quem usa salto não dá uai, agarrou, minha filha, a rodinha da frente, quase que eu fui pro chão, eu fui pra ir pro carro, meu pai estava me esperando. (Ester)

Em frente aquele casarão ali, bem onde entra os carros, no estacionamento, ali tem uma coisa da CEMIG ou de COPASA, e assim, numa outra vez que eu vim, estava sem a tampa

e eu enfiei a perna e deu um corte, podia ter quebrado, dei sorte que eu equilibrei e tal. E hoje, ontem mesmo eu passei lá, a tampa você pisa você não tem segurança com aquele trem. (Daniel)

Importante ressaltar que, enquanto este artigo estava em processo de escrita, algo muito triste aconteceu em uma cidade de Minas Gerais e evidencia o quão difícil é a vida da PcD na cidade. No dia primeiro de junho de 2024, uma pessoa estava andando na rua, na contramão, utilizando cadeira de rodas e foi atropelada por um carro. Após o atropelamento, o motorista do veículo deixou o local sem prestar socorro. Testemunhas disseram que o motorista apresentava sinais de embriaguez e estava em alta velocidade (EPTV, 2024).

Esse fato levanta uma reflexão importante: as PcDs são frequentemente obrigadas a desrespeitar normas e leis, como andar pela rua em vez de utilizar as calçadas, devido à falta de infraestrutura urbana que garanta seu acesso seguro. Ao fazer essa escolha, acabam sendo responsabilizadas pelos riscos que enfrentam ao tentar exercer seu direito de participar da vida urbana.

As narrativas trazem à tona questões importantes. Primeiro, o dono da loja se irritou com João por ele ter derrubado uma placa que estava em local inadequado. Ou seja, além de sofrer o acidente, João foi repreendido em vez de ser ajudado. De forma semelhante, Mateus, ao reclamar de um toldo que o machucou, ouviu que "*sempre foi assim*", como se o problema fosse ele e não o toldo. Isso revela que, além das barreiras físicas, as PcDs enfrentam atitudes que naturalizam esses problemas e culpabilizam as vítimas.

Esse comportamento reflete o capacitismo presente na sociedade, o qual está fundamentado no discurso biomédico da deficiência (Gresser; Block; Mello, 2019). Segundo Diniz, Barbosa e Santos (2009), o modelo biomédico estabelece uma relação de causalidade e dependência entre as limitações do indivíduo e as desvantagens sociais enfrentadas pelas PcDs. Ou seja, os problemas que as PcDs sofrem derivam da limitação existente em seu corpo e não da sociedade. No entanto, o modelo social da deficiência vem demonstrar que a opressão sofrida pelas PcDs não está relacionada aos impedimentos em seu corpo, mas de uma sociedade que não é inclusiva. Portanto, existe uma relação diretamente proporcional entre a limitação da participação das PcDs e a quantidade de barreiras sociais existentes.

Na mesma direção, Ivanovich e Gesser (2020), explicam que o capacitismo promove a responsabilização da própria PcD pelos obstáculos que enfrenta, demonstrando que a deficiência é comumente percebida como uma característica ligada ao corpo individual. Isso reforça a ideia de que cabe ao sujeito se ajustar para conseguir participar plenamente da sociedade. Esse entendimento transfere a responsabilidade das barreiras estruturais e sociais para o indivíduo, naturalizando as dificuldades que PcDs enfrentam e desconsiderando a necessidade de adaptações no ambiente urbano e social para garantir a inclusão.



Siqueira, Dornellas e Assunção (2020) ressaltam o quanto é desafiador para as PcDs estarem no mundo apenas como pessoas ordinárias. O capacitismo leva à concepção de que a responsabilidade da deficiência é do próprio indivíduo, uma vez que define o corpo diferente como incapaz a partir da comparação com corpos concebidos como aptos.

Atravessar a rua também foi relatado pelos participantes como um grande desafio, visto que a maioria das faixas de pedestre não possui sinalização sonora.

E aí a gente fica com uma dificuldade de andar terrível e para atravessar a rua, então, hoje para atravessar a rua, mesmo aqui no bairro é um perigo danado, porque o que eu mais tenho medo é de moto. Às vezes o carro até para, você tá no local próprio para atravessar, aí o carro para, aí a moto não para [...] aqueles sinais que tem para você poder tocar, para você poder parar o trânsito, eu já fiz o teste num ali perto da daquela igreja lá, no bico da praça lá, não funciona. (Davi)

Às vezes eu estava atravessando assim, porque no horário que eu vou é pior ainda [...] é um movimento danado, os carros não param, e eu pegava e enfiava no meio estava nem aí, sabe. Porque se eu fosse esperar eles não paravam. (Mateus)

[nome da cidade] tem carro demais, o pessoal não respeita faixa. Aqui na esquina de cima, às vezes eu tô sozinha, eu tenho que esperar um tempão porque a faixa é lá na esquina, você dá um passinho para o lado você tá na faixa, o pessoal finge que não vê, os motoristas fingem que não vê, então assim, é muito complicado respeitar faixa. (Mirian)

Ponho a bengala na faixa, os carros não param, moto então, já várias vezes quase me pegaram. (Sara)

Como demonstram Siqueira, Dornellas e Assunção (2020), a sinalização sonora é um importante instrumento na mobilidade das PcDs pela cidade, de forma a proporcionar segurança durante a travessia. As narrativas demonstram duas questões sobre esse tema: de um lado, o poder público falha ao não instalar sinalização sonora em todas as faixas de pedestres, tanto no centro quanto nos bairros, comprometendo a segurança das travessias. Por outro lado, os motoristas demonstram total desrespeito, pois, ao verem PcDs sinalizando a intenção de atravessar, não param nem por sinal de consideração ou respeito. Mais uma vez, as PcDs são forçadas a se arriscar para buscar exercer seu direito de viver na cidade.

O transporte público coletivo da cidade pesquisada foi alvo de diversas críticas, evidenciando uma série de desafios enfrentados pelas PcDs ao (tentarem) utilizar esse serviço.

Eu não uso ônibus, aliás, eu tenho medo de entrar no ônibus. Sabe por quê? Porque, olha só, eu entro, primeiro é o degrau, porque o ônibus aqui em [nome da cidade] o degrau é mais ou menos nessa altura {sinaliza que é alto} né. (Débora)

Os motoristas não são treinados para poder, é, atender uma pessoa, uma pessoa cega ou uma pessoa com outras deficiências. Eles não são preparados para isso. Eles não esperam você descer pra poder arrancar o ônibus. (Davi)

Todos têm elevador, em todos os ônibus, mas muitas vezes estragam, dá defeito no elevador, mas quanto a isso aí todos têm, não é empecilho não. (Marcos)

Teve um episódio uma vez que ele {o motorista do ônibus} virou com tudo ali, eu fui parar lá na escada. Aí pessoas que estavam dentro do ônibus que ajudou a minha mãe a me segurar, pra você ter uma ideia, porque o cinto dali você nunca, todos os ônibus, em um mês que eu andei, que eu entrava, o cinto não segurava, não tinha cinto ali para segurar a roda, então era a minha mãe com pé mesmo ou pedir a ajuda para alguém ajudar quando virava. É nossa, minha filha. Eu falo ou de carro ou eu prefiro ir a pé, porque de ônibus não dá para andar aqui em [nome da cidade] não. (Rute)

Eu passo dificuldade às vezes, quando eu estou sozinho no ponto, né, porque eu não sei o ônibus que está vindo aí eu vou ter que ir parando um por um para perguntar. (João) Acho que poderia ter ali algo auditivo, um, vamos dizer como um, auto falante, algo ali que anuncie ponto de parada da Augusto Silva, ponto de parada da padaria, assim, alguma coisa informativa pra dizer onde eu estou [...] Eu acho que essa coisa informativa seria interessante, posso estar sonhando [...] Porque aí de repente eu estou no ponto de ônibus, aí o ônibus para [...] vou ao motorista, esse está indo para onde? Aí tá, aí vem o outro, para onde está indo esse aí? É muito ruim. (Rebeca)

Tem que pegar e dar uma aula, vamos fazer a reciclagem de motorista, [...] Quer coisa melhor que isso, é uma dica boa que eu estou dando. Todo mundo tinha que fazer reciclagem para tratamento de passageiros, aí o que que tem que fazer? Aí é fazer, fazer automaticamente também a reciclagem pra tratamento de pessoa deficiente, pra entrar no ônibus, pra descer. (José)

As narrativas apontam diversos problemas na estrutura dos ônibus, como degraus muito altos, elevadores frequentemente com defeito, cintos de segurança ineficazes para cadeiras de rodas e a falta de informações sobre os pontos de parada. Além disso, há dificuldade em identificar qual linha de ônibus está chegando. Outro problema crítico é o comportamento dos motoristas, que não aguardam as pessoas se acomodarem antes de saírem com o veículo e nem esperam que elas terminem de descer, aumentando o risco de acidentes. Como sugestões de melhorias, os informantes propõem o treinamento dos motoristas, a reestruturação do transporte público com elevadores funcionando corretamente, cintos de segurança adequados e escadas mais baixas, garantindo maior segurança.

Ocorre que, se por um lado o uso das calçadas e ruas é perigoso e praticamente inviável para as PcDs, e se nem todas as PcDs tem acesso a veículo próprio ou transporte particular, o que poderia ser uma alternativa de acesso a diferentes partes da cidade é o transporte coletivo. No entanto, esses relatos demonstram que o transporte público é mais um objeto que torna o ato de mover-se pela cidade algo que causa medo, uma palavra que se repete nas narrativas de vários entrevistados.

Nesse contexto, o acesso a recursos financeiros que permitam a contratação de serviços privados se torna uma maneira de contornar as barreiras físicas das cidades que impedem a acessibilidade. Dessa forma, a responsabilidade pela acessibilidade é deslocada do poder público para o indivíduo, o que torna inviável a apropriação do espaço público pelas PcDs.

A partir da percepção da mobilidade urbana enquanto condição estratégica para a inclusão das PcDs, pois sem ela as desigualdades sociais são exacerbadas e a segregação social é perpetuada, Barbosa (2015) aponta a necessidade de um reconhecimento abrangente da questão, que inclua não apenas a

identificação das dificuldades de mobilidade, mas também a reivindicação de estratégias de acessibilidade e a reurbanização das urbes. Esse reconhecimento não pode ser limitado às iniciativas isoladas ou a setores específicos da sociedade, mas deve envolver toda a comunidade e, crucialmente, as esferas governamentais.

Essa reflexão sublinha a interdependência entre acessibilidade, mobilidade urbana e direito à cidade. A acessibilidade é um pré-requisito para a mobilidade urbana inclusiva, que, por sua vez, é um dos elementos essenciais para a apropriação do espaço urbano pelas PcDs. Reconhecer e agir sobre essa interdependência é um passo crucial para a construção de cidades inclusivas e acessíveis.

Tal raciocínio alinha-se com o modelo social da deficiência, o qual, fundamentado no paradigma do estruturalismo radical, compreende a deficiência como uma questão de exclusão sociopolítica, econômica e estrutural. A deficiência é politizada, sendo vista como resultado das estruturas e modos de dominação capitalistas e não como um problema inerente ao corpo das PcDs. Ou seja, o foco são as estruturas externas de dominação e opressão capitalista (Goodley, 2011).

Os problemas de acessibilidade vão além da mobilidade urbana. Reiteradamente, os participantes expressaram sua insatisfação em relação à escassez de opções de lazer acessíveis na cidade. O acesso das PcDs à arte, cultura, lazer e esportes é fundamental para resgatar a ideia da cidade como obra. Quando o meio urbano é visto como obra, ele valoriza o uso e as tradições em vez do valor de troca, permitindo encontros que fortalecem o sentimento de pertencimento (Araújo, 2012; Lahorgue, 2002).

[Nome da cidade] você não tem, uma PcD não tem onde ir, não tem um lugar que você vá, fala assim, eu vou me divertir aqui, aqui não tem, né. (Mateus)

A gente não tem nada na cidade, não tem um lugar para fazer uma caminhada, um lugar de fazer uma atividade física, não tem uma acessibilidade. (Mirian)

Aí eu ando muito com a minha irmã, dia de pagamento, mais é o pagamento, só pagamento [...] aí no meu pagamento, amanhã mesmo, amanhã é dia de fazer isso, nós almoça fora, nós não almoça aqui [...] meu divertimento mais é esse [...] a gente também somos ser humano, a gente também quer diversão. O único divertimento que eu tenho aqui é que uma vez por mês eu vou num restaurante almoçar com a minha irmã [...] meu divertimento mais é esse, e a igreja, e a SELT.¹ (José)

Quando os informantes falam que não têm aonde ir, na verdade eles querem dizer que não existem opções acessíveis para as PcDs. A questão é que participar de eventos de lazer, cultura e esporte envolve mais do que a acessibilidade do próprio evento. Como já discutido anteriormente, as PcDs lidam com diversos obstáculos na mobilidade urbana, o que já atua como uma barreira para participar dessas ações. O caso de José retrata bem isso, visto que ele fala que seu “*divertimento*” se resume a ir uma vez ao mês receber a sua aposentadoria e almoçar fora com a sua irmã ou ir à igreja na “*perua*” que o pastor

¹ SELT - Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo. O local também é um complexo esportivo público.

envia para buscá-lo e na educação física ofertada gratuitamente na SELT, utilizando, para isso, um veículo da Prefeitura. Ou seja, se não fosse o transporte concedido a ele, não seria possível ir à igreja, tampouco à educação física. Porém, quando superados esses obstáculos de mobilidade urbana, as PcDs ainda precisam se preocupar quanto à existência de acessibilidade no local.

Nossa, no dia que eu fui no casamento, aí teve a festa lá no bar, menina, banheiro era isso aqui {sinalizou que era bem pequeno}, aí, como que faz xixi, apertada, aí que que aconteceu, fiz tudo na calça. Ah não, aqui ó, aí é ruim viu. Aí eu falei, vamos embora, tchau pra vocês. Meu pai me buscou depois. (Ester)

Eu sinto muita falta de cultura, é, eventos assim, de lazer. É igual, eu deixo de ir em muita coisa, por exemplo, teve o show do Diogo Nogueira, que a prefeitura deu tipo de graça lá no evento no aniversário da cidade, queria muito ir [...]. Só que aí a minha preocupação é, e a questão da acessibilidade, porque eu não dou conta de ficar muito tempo em pé, aí eu, eu, eu, eu quero, não sei se vai ter alguma cadeira para sentar. Aí o ruim é ligar no lugar, perguntar, você acha que vai ter algum, vai ter como disponibilizar uma cadeira e tudo mais? Até a festa mesmo, sabe, aí igual teve Arapuça [...] mas aí assim, pensando em uma questão de uma festa grande como, como a Arapuça aqui em [nome da cidade], não tem como tipo assim, eu pensar em ir, sabe, a não ser que eu vá com a cadeira de rodas, né, que é uma possibilidade que eu, que eu mais vejo assim. Mas eu sempre fico muito preocupada agora com essa questão da acessibilidade, sabe. É, eu sinto muito a falta de evento, eventos culturais mesmo. (Priscila)

Quer dizer, entre outras coisas, era pra ser uma cidade melhor, era pra ser uma cidade mais desenvolvida humanamente e culturalmente, cultura é tudo, cultura é modo de viver. Não é só arte. Mas assim, eu acho que ela é muito provinciana ainda. Apesar de eu estar quase 10 anos fora dela, mas foi o que me levou também a buscar outro caminho, eu acho que tem pouco acesso à diversidade, pouco acesso ao mundo das artes, pouco acesso a introduzir mesmo coisas novas, né [...] Festas acessíveis, momentos em praças, música, cultura, seja o que for, sabe [...] falta uma vida social cultural, com ações afirmativas de cidadania, e no meio disso você vai incluindo esse empoderamento, da pessoa ser dona da cidade. (Daniel)

Eu gosto de teatro, inclusive eu tive agora, três sábados passado eu fui lá em um, é um grupo pra deficiente mesmo, chama assim "contadoras de história", não sei se você já ouviu falar, de Juiz de Fora. Na verdade, eu não devia nem de chamar "contadores de história", devia se chamar as "contadoras de histórias". São doze professoras do ensino que dá aula no Estado e elas contam histórias para as pessoas deficientes, e você tem um, aquele sensor, é que eles botam na sua mão, e tem a narradora, né, a narradora vai narrando a história, né? Eu não vejo o palco, mas eu, eu sinto ela narrando e a pessoa falando, né? Parece que você tá vendo a pessoa. Eu também achei muito legal que eles levaram a gente antes pra passar a mão em todos, o palco, nos instrumentos que ia ser usado, tudo, eu achei aquilo lá fabuloso. (Davi)

Primeiramente, as narrativas revelam a ausência de estruturas acessíveis em ambientes de lazer e eventos culturais. Embora a cultura, a arte e o lazer sejam dimensões essenciais da vida urbana (Araújo, 2012; Lahorgue, 2002), sem acessibilidade tornam-se privilégios de poucos. O relato de Davi sobre o teatro mostra que o acesso à cultura vai além de apenas estar presente, trata-se também de como a PcD interage com o evento cultural. Sua experiência no teatro ilustra isso bem, pois o sensor, a presença de uma narradora e a possibilidade de tocar todos os objetos relacionados à peça criaram uma experiência que ele descreveu como "*fabulosa*".



Ocorre que a sociedade moderna tem caminhado para a crescente mercantilização dos espaços de lazer, tornando-os produtos de consumo, sendo atividade paga, privada e individualizada, contrapondo a verdadeira completude e acessibilidade do lazer urbano (Campos, 2021).

Importante ressaltar que o setor privado, que integra o espaço urbano, ao organizar eventos culturais e de lazer, criar espaços comerciais ou promover eventos esportivos, deve levar em conta a diversidade da população que deseja participar desses locais. Ou seja, essas ações não devem ser realizadas considerando apenas o indivíduo “padrão”, embora as narrativas demonstrem que, na maioria das vezes, é justamente isso que acontece. Na prática, as empresas também não contribuem para a acessibilidade, já que essas atividades, quando promovidas por instituições privadas, costumam seguir uma lógica de mercado dominante e excludente.

Isso evidencia uma contradição central na sociedade contemporânea: enquanto esses elementos são fundamentais para a inclusão e para a construção de uma cidade mais humana e acessível, a crescente mercantilização dos espaços de lazer transforma essas atividades em produtos de consumo elitizados, restringindo seu acesso e fragmentando a experiência coletiva do lazer urbano, contrariando o ideal de uma cidade para todos. Santo e Retondar (2018) ressaltam que, em um contexto em que a mercantilização transforma cidades em produtos, ocupar o espaço público com arte e esporte comunitário é essencial para restaurar a cidade como um bem comum, reencantando o ambiente urbano e promovendo uma renovação que resgata a convivência e a inclusão social.

Daniel associa cultura ao modo de viver e destaca a importância de eventos acessíveis e ações afirmativas para promover cidadania e empoderamento, permitindo que as pessoas sintam que “*são donas da cidade*”. E o direito à cidade vai exatamente nessa direção, no sentido de conferir pertencimento a uma comunidade de habitantes urbanos (Purcell, 2003).

4.1.3. ENTRE O MEDO E O DESEJO DE PERTENCIMENTO

Medo e desejo de pertencimento são emoções que se destacam nas narrativas dos informantes. O medo surge da insegurança em lidar com os obstáculos presentes no cotidiano urbano, enquanto o desejo de pertencimento demonstra que essas pessoas querem vivenciar esses mesmos espaços de forma plena e segura. A tensão entre a necessidade de evitar riscos e o desejo de participação urbana cria um dilema para aqueles que enfrentam desafios de acessibilidade.

A questão de você não poder caminhar, ir num lugar que você quer, que você precisa com uma certa segurança é muito frustrante. (Mirian)
Quando eu pego a minha bengala para andar na rua, eu vou ser franco pra você, viu, eu chego aqui em casa duplamente cansado, porque a tensão é muito grande. (Davi)



A gente precisa sair de casa. Mas aí precisa de algum lugar que é seguro, porque nós já temos a dificuldade [...] se a cidade tivesse essa estrutura a gente ficava mais seguro pra sair de casa. A gente ia viver uma vida mais, mais saudável, mais segura. A gente teria mais vontade de ir na cidade, pegar ônibus, tá, eu acho que tudo isso influencia muito na vida. (Davi)

O mundo não é pra gente, literalmente, o mundo não é pra gente. Não tem acessibilidade em basicamente em nenhum lugar, nenhum lugar. Sempre vai ter algum empecilho, sempre. (Ana)

O centro eu tenho pavor, de resolver coisa no banco, eu tenho pavor de ir em loja, eu não sei mais o que que é bater perna, o que é andar em loja, porque não tem acessibilidade, eu compro tudo pela internet. (Ana)

É horrível, sabe assim, é deprimente sair pela rua. (Rebeca)

Tanto que eu desenvolvi no ato de andar de cabeça baixa. Tem uma menina aqui na academia que ela sempre fala pra mim, melhora essa postura, melhora essa postura. (João)

É inaceitável você sair de casa cedo para cuidar dos seus afazeres e voltar para casa machucado. (João)

Não tem nem jeito de andar naquele centro, nunca mais, eu tenho uma saudade, dá uma saudade na gente. (Ester)

Eu fico triste assim de querer ir em algum lugar e não dá para mim ir. (Ester)

Porque muitas vezes a gente não sai por medo. (José)

Sentimentos como frustração, tensão, insegurança, medo, pavor, depressão, tristeza acabam levando à percepção de que as PcDs não pertencem a esse mundo. Paradoxalmente, o desejo de caminhar pelo centro da cidade e de sentir-se seguro sugere um anseio por conexão com a vida urbana, demonstrando que, apesar dos desafios, as pessoas aspiram a participar do ambiente urbano de maneira plena.

Consoante Bezmez (2013), uma das formas de impedimento da apropriação do espaço urbano está enraizado na sensação de não pertencimento que afeta grupos sociais marginalizados, limitando seu uso do espaço urbano. Esse sentimento de exclusão surge como consequência das barreiras encontradas, que reforçam a ideia de que esses grupos não fazem parte do espaço projetado para a maioria. Goodley (2014) destaca que, embora as PcDs possam fisicamente compartilhar os mesmos espaços que pessoas sem deficiência, isso não significa que elas se sintam integradas ou pertencentes a esses ambientes. A presença física não garante um sentimento de acolhimento ou inclusão. Assim, é comum que as PcDs não se sintam bem-vindas em espaços convencionais, pois esses ambientes geralmente não são adaptados ou preparados para suas necessidades.

Assim sendo, Barbosa (2015) destaca que os obstáculos vivenciados no cotidiano urbano podem levar a sentimentos de inferiorização, resultando em práticas de evasão e isolamento, intensificando a exclusão social. Barbosa (2015) argumenta que a promoção da liberdade, autonomia e convivência das PcDs depende da acessibilidade, sem a qual o sentimento de pertencimento e apropriação do espaço urbano não pode ser alcançado.

4.1.4. UMA CIDADE ACESSÍVEL É BOA PARA TODOS

A natureza social da cidade revela uma relação dinâmica entre os indivíduos e o espaço urbano, em que as atividades cotidianas e os compromissos políticos, econômicos e intelectuais das pessoas moldam a cidade, enquanto, por sua vez, a cidade influencia os indivíduos que nela habitam (Harvey, 2003). Em outras palavras, ao mesmo tempo que a cidade é constantemente moldada pelas atividades das pessoas, o espaço urbano influencia como essas pessoas vivem e interagem. Nesse sentido, Cosenza e Resende (2006) defendem um pensamento inclusivo para direcionar a organização do espaço urbano, de modo que a cidade seja projetada e vivida como um espaço para todos, e não apenas como um conjunto sem significado coletivo real.

Eu não gosto é exatamente isso, ela não tem estrutura pra velhice, não tem estrutura para as pessoas deficientes, não tem mesmo, né, pra cadeirante, não tem estrutura. (Davi)

[Nome da cidade] poderia estar melhor, mas é, eu tenho facilidade em andar assim e tal, mas eu acredito que uma pessoa idosa ou que tenha uma dificuldade de mobilidade um pouco mais avançada que eu não dá conta, não dá. Eu mesmo ando na rua assim, “Oi, tudo bem? Dá uma mãozinha aqui?” Porque eu sou assim, mas uma pessoa que não é ela não sai, ela não tem vida, ela prefere ficar em casa, porque é muito difícil. E você tira a liberdade da pessoa de ir e vir e tal. (Maria)

E não precisa ser deficiente visual não {para se acidentar nos obstáculos presentes no espaço urbano}, basta vir distraído. (João)

Tem muita coisa estragada, tem muita, se você subir essa rua aqui, estou falando meu recorte, se você subir ali, tem 3 montanhas na nossa rua de obras que foram feitas recentemente, depois que eu saí de [nome da cidade], montanhas mesmo, vai lá você sobe assim, você dá um desequilíbrio, a calçada é estreita. Gente, é perigoso você cair, isso não é acessibilidade para ninguém, nem pra você. (Daniel)

Muitos dos problemas relatados representam riscos para qualquer pessoa, independentemente de ter uma deficiência ou não. Isso mostra que a cidade, projetada dessa forma, não é hostil apenas para PcDs, mas também exclui outros grupos sociais que não se enquadram nos padrões dominantes, como os idosos, que foram mencionados repetidamente pelos informantes. Inclusive, alguns informantes já são idosos, então lidam com essa dupla realidade. Mesmo indivíduos sem deficiência podem se acidentar, como destacou João, que apontou que, ao passarem distraídos por esses obstáculos, eles também correm risco de sofrer lesões. Além disso, é importante lembrar que todos podem enfrentar limitações temporárias ou permanentes ao longo da vida.

Assim sendo, quando uma cidade é projetada para ser inclusiva, ela não apenas atende às necessidades das PcDs, mas favorece a criação de um espaço urbano acolhedor, beneficiando toda a sociedade (Pinheiro; Barbosa; Rocha, 2020). Rebernik *et al.* (2020, p. 1-2) faz uma importante observação: “As cidades não são capazes de compreender plenamente o que significa a inclusão da deficiência, quão complexa e importante é e como pode contribuir para a qualidade de vida de uma população mais vasta



de cidadãos, não apenas daqueles com deficiência”. Como Pinedo (2022) destaca, ao se projetar ambientes acessíveis e seguros para PcDs e idosos, os quais devem ser concebidos por, com e para esse público, essas infraestruturas se tornam, por definição, seguras e acessíveis para todos os usuários desde a sua concepção.

Nesse sentido, Cosenza e Resende (2006) explicam que a implementação e o respeito aos diversos direitos das PcDs dependem da conscientização de toda a sociedade, incluindo indivíduos, gestores públicos e privados, ONGs, movimentos sociais, mídia e outros. A inclusão deve ser vista como benéfica não apenas para as PcDs, mas para todos que são impedidos de exercer plenamente sua cidadania por diversas razões. A cidadania das PcDs está intrinsecamente ligada à organização espacial da cidade, que deve ser planejada e gerida com uma perspectiva inclusiva. Para que essas mudanças ocorram e se concretizem, a participação ativa dos governos municipais é crucial. Sem essa colaboração e conscientização ampla, os esforços de inclusão permanecerão insuficientes, perpetuando a exclusão e impedindo o pleno exercício da cidadania pelas PcDs e outros grupos marginalizados.

Ao promoverem a acessibilidade, as cidades não apenas atendem às necessidades das PcDs, mas criam um ambiente mais seguro e inclusivo para todos, incluindo outros grupos sociais que também enfrentam desafios em um espaço urbano não planejado para a diversidade. Dessa forma, a cidade se torna verdadeiramente um espaço social de convivência, que favorece a apropriação e o uso do espaço urbano por todos os cidadãos, garantindo maior equidade e participação em suas dinâmicas cotidianas.

4.2. RELAÇÕES INTERPESSOAIS

A narrativa de vida de indivíduos com deficiência é intrinsecamente influenciada pelas interações sociais, nas quais o preconceito desempenha um papel significativo. Como elucidam Pineda e Corburn (2020), as PcDs estão frequentemente sujeitas à discriminação e estigma, levando à exclusão socioespacial. Consequentemente, essas pessoas são impossibilitadas de se apropriarem do espaço urbano. A estigmatização, expressa por olhares humilhantes, ações inconvenientes, indiferença ou até mesmo pela invisibilização das PcDs, cria barreiras adicionais ao uso pleno da cidade por essas pessoas (Yardimci; Bezmez, 2018).

As narrativas das PcDs reforçam os desafios enfrentados por elas ao relatarem uma série de obstáculos presentes nos seus relacionamentos, manifestos por diferentes formas de opressão, evidenciando como essas dinâmicas sociais se traduzem em barreiras concretas para sua apropriação do espaço urbano.



A partir do modelo social da deficiência, esta passa a ser compreendida como uma construção social que ocorre através da discriminação e opressão, ou seja, o foco está na sociedade e não no indivíduo (Oliver, 2009; Degener, 2017). A opressão, como demonstram Diniz, Barbosa e Santos (2009), não deriva do impedimento do indivíduo, mas de uma sociedade que não é projetada para incluir as PcDs. Como Diniz (2007, p. 10) ressalta, algo que permeia a vida das PcDs, independentemente do tipo de impedimento que ela possui, é a “experiência da opressão”.

Os relatos das PcDs revelam essa opressão, que se manifesta através de falas e comportamentos ofensivos, da invisibilização desse grupo, da perpetuação de estereótipos e da objetificação, que limitam suas oportunidades de uso do espaço urbano.

Eu já fui numa festa que nossa voltei da festa super frustrada, fiquei uma semana assim, nossa, arrasada, sabe? Teve um rapaz que chegou em mim na festa que eu fui e foi lá no Circuito, chegou em mim e falou assim: “Moça, vai dormir, vai para casa dormir”. Falou assim. Aí eu fui e fiquei parada assim, eu falei assim, como assim? Aí foi, foi minha amiga, a gente foi, voltou nele e perguntou: “Por que você falou isso?”. Aí ele falou: “Ué, porque eu vi você usando bengala, eu só falei brincando”. Eu falei assim: “Não, você não sabe por que que eu estou assim? Você não fala isso brincando não, porque não é toda pessoa que reage bem assim não, de vir conversar não”. Porque nossa, eu fiquei sem reação, sabe, porque passa um tanto de coisa na cabeça da gente, vontade de bater e tudo mais, mas só falei pra ele: “Só toma cuidado que não é todo mundo que reage assim”. É como se tipo assim, aquele espaço não fosse meu, sabe? Tipo assim, uma pessoa que usa bengala não pudesse transitar pra aquele lugar num, num, num fosse direito da gente, se a gente literalmente tivesse que ficar em casa só deitada, nossa, aí eu voltei dessa festa, depois nunca mais fui. (Priscila)

Eu esbarrei numa pessoa, a pessoa queria brigar comigo lá, aí eu fui falar pra ele assim: “Oh, eu tenho deficiência visual, eu não tenho a visão lateral, eu tô perdendo”, aí o cara falou: “Por que que você não fica quieto dentro de casa então?”. (Mateus)

A bengala ela me ajuda mais pra mostrar para os outros que eu não enxergo. Aí facilita, né? Porque se eu bater em alguém, vai saber “Ah, não enxerga né”. Porque quando eu não usava já aconteceu de esbarrar em alguém e a pessoa querer quase me bater, né. (Sara)

Momento de tristeza, já tive na escola, o professor falar: “Não está enxergando, quer que eu esfregue na sua cara?”. Uma coisa que aconteceu comigo na época que eu estava no ginásio. (Sara)

Você não consegue andar com uma bengala, porque as pessoas te empurram. Um dia pisaram na minha bengala ela entortou, virou um V. As pessoas empurram, xingam. Isso acontece muito. As pessoas te dão peitada: “Uai moço, não tá vendo?”. (Daniel)

Todo lugar que a gente vai, assim, também para estacionar, tem gente que não é deficiente e estaciona no lugar de deficiente. Isso é bem complicado, bem complicado”. (Ester)

Aqui, eu já fiz o teste {de ficar parado numa esquina em [nome da cidade] aguardando ajuda para atravessar a rua}, se eu ficar parado numa esquina eu fico”. (Daniel)

Alguns aspectos se destacam nessas narrativas. Primeiramente, os relatos mostram o desconforto que a sociedade sente ao ver PcDs ocupando os mesmos espaços que pessoas sem deficiência, seja em uma festa, na rua, no bairro, na escola ou em outros locais. Outrossim, também evidenciam a invisibilização das PcDs, mostrando como a sociedade frequentemente ignora ou negligencia suas

necessidades. Outro ponto que fica claro nas falas é o desrespeito aos direitos das PcDs pela própria sociedade, como o caso de pessoas sem deficiência que estacionam em vagas reservadas para as PcDs.

Mais uma vez, entra em discussão o impacto do capacitismo sobre a sociedade. Enquanto o modelo social da deficiência desafia as barreiras sociais, econômicas e culturais que impedem as PcDs de viverem com a mesma liberdade e oportunidades que as pessoas sem deficiência, destacando a necessidade de uma transformação inclusiva na sociedade, o capacitismo atua enquanto fenômeno estrutural e estruturante. Esse fenômeno perpetua a discriminação ao condicionar e moldar a percepção social de corpos com deficiência como ontológica e materialmente deficientes, influenciando relações e instituições de maneira profunda e prejudicial. Além disso, manifesta-se como preconceito e discriminação contra as PcDs, perpassando todas as esferas da sociedade, desvalorizando-as (Gresser; Block; Mello, 2019).

O exemplo citado por Siqueira, Dornellas e Assunção (2020) ilustra como o capacitismo está presente mesmo em situações cotidianas, como a interação entre vendedores que atendem PcDs no comércio. A interrupção do cliente antes de ele explicar suas necessidades e a negativa de atendimento com base em suposições sobre o que ele “deveria” querer ou precisar são expressões claras de capacitismo.

Outra manifestação da opressão ocorre pela definição de estereótipos das PcDs, ou seja, de que são inferiores e cujo padrão de beleza não condiz com o que a sociedade concebe como belo.

Essas pessoas faziam arte, mas não eram vistas como artistas {Ele fala sobre o período em que atuou numa Companhia de Dança de PcDs}. Ainda era o coitadinho, que bonitinho que está ali dançando. Isso me incomodava muito. Porque existia um trabalho, eles ensaiavam, nós tínhamos horas de ensaios, sabe. Era a pessoa que a perna não funcionava ou a cabeça, o olho e o ouvido, não importava. A gente trabalhava, ensaiava, cansava como qualquer artista, né, de falar assim, eu não aguento mais hoje, vamos parar, chega, vamos ensaiar amanhã de novo que não está bom. E a maioria tinha senso crítico de falar por mais é falta de conhecimento artístico talvez de algum, mas ele percebia, “Ah, precisa ensaiar mais”, então assim, é ao mesmo tempo que isso foi um momento muito rico da minha vida, da gente se apresentar por vários lugares e tal, mas ainda tinha aquele olhar assim: “Ah, nós vamos assistir ali uma coisinha, né, uma dancinha dos meninos, das coisas”. A ponto de gente falar assim, “Daniel, por que que você anda com esse povo?”. Assim, eu vi muita ignorância. Primeiro quando fala esse povo está ofendendo. Segundo que não me inclui no povo, não é? Eu falo assim, gente, eu sou uma pessoa com deficiência. E eu ouvi muito assim, mas você é diferente, você é inteligente, é rico, bonito, é, não sei o quê. (Daniel)

Eu acho que o jeito que eu me imponho, tanto pela vestimenta, eu tento ter uma postura que as pessoas elas não entendem o que que eu tenho mas eu deixo elas curiosas [...] “Por que que uma menina que está vestida tão bem, né assim, bonita e tal, está andando assim? Por quê, o que é que ela tem?”. (Maria)

Aqui fica claro que PcDs são vistas como fora dos padrões de beleza. Quando uma PcD é considerada bonita, isso causa estranheza. Além disso, o que as PcDs fazem, muitas vezes não é valorizado



da mesma forma que quando realizado por pessoas sem deficiência. Um exemplo mencionado por Daniel é o das PcDs que integravam uma Companhia de Dança: elas trabalhavam, ensaiavam e se apresentavam com excelência, como qualquer outra companhia, mas não eram reconhecidas pela sociedade como artistas.

Esse conjunto de narrativas demonstra que a sociedade se sustenta num padrão tão excludente que, mesmo havendo normas e mudanças estruturais, estas não são suficientes para que as pessoas possam exercer seu direito ao espaço urbano. As relações sociais engendram barreiras que não apenas impedem a acessibilidade, mas impedem que as pessoas vivam plenamente as possibilidades e riquezas do espaço urbano

Como aponta Goodley (2011, p. 1), ser rotulado como PcD leva a um “lugar marginalizado na sociedade, cultura, economia e política”. O capacitismo, conforme descrito por Siqueira, Dornellas e Assunção (2020), é uma forma de discriminação que permeia todos os níveis de uma comunidade, influenciando indivíduos, grupos e instituições. Ele se manifesta no cotidiano das PcDs por meio de barreiras físicas, sociais e institucionais, bem como atitudes e práticas que marginalizam e excluem.

Consoante Lefebvre (2011), o verdadeiro valor da cidade está nas interações sociais e nas dinâmicas que ocorrem entre seus habitantes. Ele explica que habitar uma cidade envolve viver como uma ação social que promove uma identidade urbana e possibilita a participação política, refletindo a imagem de seus moradores. No entanto, quando PcDs são excluídas dessas interações devido ao capacitismo, a cidade perde seu potencial inclusivo e democrático. A opressão interpessoal, em suas múltiplas formas, impede as PcDs de vivenciarem plenamente essas dinâmicas, limitando sua participação e reforçando sua exclusão.

A Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2005) e a Plataforma Global pelo Direito à Cidade (2014) reforçam a ideia de que a cidade deve ser um espaço livre de discriminação, no qual todas as pessoas, independentemente de suas capacidades, tenham o direito de participar da vida social. No entanto, para que isso seja efetivo, é fundamental reconhecer como as opressões interpessoais, alimentadas por práticas capacitistas, atuam como óbices à apropriação do espaço urbano por PcDs.

Outrossim, como asseveram Rodrigues e Silva (2017), a construção de uma sociedade genuinamente inclusiva exige atenção ao uso da linguagem. Isso demonstra a importância da terminologia utilizada, a qual tem um forte impacto na forma como a deficiência é compreendida, podendo tanto reforçar estigmas como promover uma visão inclusiva e respeitosa.

Porque ainda na nossa sociedade nós não somos considerados pessoas. Então, por isso, a força de usar pessoa sempre, nós ainda temos um capacitismo muito grande, então assim, sempre é o coitado, não sei o que, aí que pena. (Daniel)



O relato de Daniel destaca como a sociedade frequentemente ignora a condição humana das PcDs e, conseqüentemente, como acabam sendo objetificadas. Nesse sentido, ele ressalta a importância de se utilizar o termo “pessoa” sempre para se referir às PcDs. A adoção do termo “Pessoa com Deficiência”, influenciada pelo modelo social da deficiência, representa uma mudança significativa na maneira de se referir a esse grupo. Diferente de termos como “inválido” ou “defeituoso”, que enfatizavam a deficiência e reforçavam estigmas de incapacidade, o novo termo coloca a pessoa em primeiro plano, destacando sua humanidade antes de qualquer limitação física, sensorial ou intelectual. Essa mudança linguística não é apenas uma troca de palavras, mas um reflexo de uma transformação mais profunda nos valores sociais em busca da valorização do indivíduo (Rodrigues; Da Silva, 2017).

Para além da terminologia utilizada, a objetificação se manifesta de diversas maneiras, seja na forma como as pessoas tratam, observam ou comentam sobre as PcDs. Desde olhares de pena até perguntas invasivas e condescendentes, o capacitismo está presente em interações diárias que reduzem as PcDs às suas limitações, desconsiderando sua individualidade.

Então, assim, sempre como se a gente fosse algo menor e a gente percebe o olhar de piedade, de pena, de dó. Sabe mesmo com deficiência visual, a gente percebe, não é? A gente que tem uma percepção, você percebe que as pessoas, você chega elas dão uma encolhida, dão um comentário ou na maneira de tratar, não é, ou na maneira de não saber te tratar, que tem muito disso assim [...] Assim, é um despreparo da sociedade. É como se fosse uma coisa ali estranha fora do, do comum ou normal, que é uma palavra perigosa, mas às vezes a gente tem que usar. Então você percebe que ainda tem muito esse, essa falta de jeito de lidar, de ter um pesar, né. Então acho que isso. Mas, por exemplo, a gente tem muitos problemas estruturais, não é? O preconceito ainda existe. (Daniel)

Eu já escutei muito isso que elas falam que por exemplo, “ai no seu lugar eu ai ser tão depressiva”, “ai no seu lugar eu não ia conseguir viver assim”, “ai, no seu lugar”. É a comparação de que quando a gente tá ruim, a do outro está sempre pior. Mas toda vez que eu sento para conversar com alguém, eu escuto isso, inclusive fui na podóloga esses tempos e ela me disse exatamente isso, ela disse, “nossa, quando a gente acha que a gente está com muito problema, que a nossa vida é ruim, a gente vê a vida do outro”. Não é uma coisa muito motivacional, mas eu escuto bastante, as pessoas não têm muita noção. (Ana)

“Isso daí seu é o quê?”, “É de nascença ou você sofreu acidente?”, “Nossa, coitada!”, “Nossa, você pode ter filho?”, “Nossa menina, coitada de você, mas pode deixar que você vai andar” [...] São uns comentários que nossa, ai, ai. A gente tem que ligar a coisinha e tchau, não ficar com coisa na cabeça. Agora, se você levar para a cabeça, para o coração, daí fica muito mal. Eu no começo eu ficava muito mal, entrei em depressão. (Ester)

Está levando um tempo para processar tudo, sabe, também como a sociedade vê a gente. Às vezes eu estou na rua andando tipo assim, tranquila, vem gente do nada, já, tipo “moça, o que que aconteceu, o que aconteceu?” Desse jeito, teve uma moça dentro do ônibus, tipo o ônibus lotado, “o que que aconteceu com a sua perna?”, sabe, desse jeito. Parece que a sociedade faz questão de tipo assim, deixar claro que você é uma pessoa diferente, sabe? É muito nossa, então assim quando eu comecei a sair mais na rua e tudo mais, nossa, o povo faz questão, parece tipo nossa, não, você tem uma limitação, você é diferente da gente. Sempre tem alguém que para e pergunta. (Priscila)

As experiências compartilhadas ressaltam o olhar de piedade e a objetificação que essas pessoas enfrentam diariamente, o que não apenas diminui sua individualidade, mas também reforça a ideia de que são vistas como "diferentes" ou "menores". Essa dinâmica é uma manifestação do capacitismo, fundamentada num conjunto de crenças, processos e práticas que levam a um padrão corporal estabelecido enquanto perfeito e, portanto, totalmente humano, classificando a deficiência como um estado de diminuição da humanidade (Campbell, 2001). Ou seja, os corpos que se afastam desse ideal são frequentemente desumanizados.

A apresentação das PcDs como exemplos de superação, muitas vezes utilizada como forma de motivação para pessoas sem deficiência, reforça a ideia de que a deficiência é algo a ser superado individualmente, acentuando a diferença entre os corpos. A comparação é prejudicial até mesmo entre as próprias PcDs, pois o que uma PcD consegue realizar pode gerar expectativas sobre outra que, por razões diferentes, pode não atender a essas expectativas (Siqueira; Dornellas; Assunção, 2020).

Ao reconhecer que a exclusão não está na deficiência em si, mas nas barreiras impostas pela sociedade, o modelo social desafia a visão tradicional da deficiência como tragédia pessoal (Barnes, 2012). Ele exige uma mudança de perspectiva, na qual as PcDs são vistas como indivíduos com capacidades diversas e cujas dificuldades derivam principalmente de um ambiente inadequado e preconceituoso.

4.3. DEPENDÊNCIA E INTERSECIONALIDADE

Frente aos exemplos vívidos dos inúmeros obstáculos que os participantes enfrentam no cotidiano urbano, dois aspectos surgiram desse fenômeno: dependência e interseccionalidade. As narrativas levaram à percepção de que muitas PcDs acabam confinadas em suas casas, tendo em vista os diversos obstáculos à apropriação do espaço urbano. Comumente, as PcDs não se sentem parte da cidade.

Se a gente sai, vai passar vergonha. (Rubiana)

Não tem onde eu ir direito. Eu fico mais é em casa. (Ester)

Aqui em [nome da cidade] tem bastante gente que nem de casa sai [...] eu mesmo conheço alguns deficientes visuais que não saem de casa pra nada, entendeu, criou um laço de dependência, de, sei lá, depressão, que perdeu as forças. (Estevão)

Porque não é só eu não, tem outras pessoas que gostam de sair de casa. Quem gosta de ficar preso dentro de casa, ainda mais sendo cego. A gente gosta de conversar, de bater papo, de ouvir, de falar de política, de falar de outras coisas, então a gente gosta disso, jogar conversa fora, brincar com as pessoas [...] Perder a autonomia eu acho que é a pior coisa que pode existir para o ser humano. (Davi)



Esses achados coadunam com o estudo de Barbosa (2015), que argumenta que a falta de acessibilidade e mobilidade adequadas pode levar ao confinamento das PcDs em suas casas ou em instituições de assistência, limitando sua autonomia e independência. Esse isolamento, causado principalmente pela falta de infraestrutura urbana apropriada, segundo Barbosa (2015), não só restringe a liberdade de locomoção, mas também reduz significativamente as oportunidades de interação social e acesso a serviços essenciais, como educação, saúde, cultura e emprego.

Os resultados deste artigo vão além, demonstrando que não apenas a acessibilidade física, mas também os relacionamentos interpessoais, aspectos relacionados à interseccionalidade e as possibilidades de participação levam as PcDs a ficarem confinadas em suas residências.

Outrossim, esses elementos acabam gerando a dependência das PcDs de outras pessoas para poderem sair de suas casas. Muitos admitem que, quando se aventuram a sair, precisam ter um acompanhante ao lado. Para eles, a simples ideia de ir sozinho se transforma em uma missão impossível, uma jornada repleta de barreiras que parecem intransponíveis sem a ajuda de alguém. Não é a realidade de todos os entrevistados, mas da maioria.

Já me atropelaram de bengala na faixa, é uai, uma mulher num carro me atropelou, eu fui sozinho lá no centro, aí perto da Casa Vitória, pra cima da Casa Vitória tem uma faixa, eu ia na Mineira Musical que eu muito gosto de tocar um violãozinho, eu ia comprar uma corda de violão lá, que a minha tinha arrebentado, eu na faixa, a mulher veio de ré, de ré, foi Deus que ajudou que eu sempre deixo o celular pro lado direito, ela ia bater o celular ia quebrar ia machucar a minha perna, ela só virou pra mim assim: “Machucou?”, eu falei “Não”, foi embora, não perguntou se queria ir num hospital. Então eu fico meio cismado de sair sozinho. (Mateus)

Mas andar sozinho, assim, eu quase não ando né, sozinho não [...] Então, você vê, eu pra sair na rua, eu tenho que esperar, ou eu vou com a minha filha ou eu vou com minha esposa [...]. Quando eu ando, eu ando sempre com ela do lado, sabe, mas eu preciso treinar para andar sozinho, pra pegar um ônibus, preciso começar a treinar isso. Mas elas ficam com medo e eu também fico com medo. Porque quando eu saio de casa eu já começo a ficar tenso. (Davi)

Eu não estou fazendo mais não {fisioterapia gratuita}, não tenho quem me leve, aí é difícil. (Ester)

Eu tenho um carro, né, aí o namorado da minha mãe que me leva e me busca do trabalho. E quando eu vou no centro também é a mesma coisa. Aí as minhas irmãs ou quem eu chamar para ir comigo, vai e aí ele deixa a gente lá, e depois ele busca. (Rute)

Ah, eu ando só com a minha irmã [...] no momento, por causa do medo, eu já sei, já sei praticamente andar com a bengala, o problema maior mais é o medo de sair na rua sozinho. Eu sempre saio com a minha irmã, a gente pega no braço da pessoa e vai. Mas eu gosto de andar, eu não gosto de ficar muito parado pra não ficar entrevado. (José)

Minha filha, por exemplo, trabalha, ela não pode estar 24 horas do meu lado. E ela também é uma jovem, ela tem a vida dela também. Minha esposa também tem coisas dela pra fazer, né. (Davi)

Porque a gente vê, é, uma pessoa cega para você carregar ela para ir para a rua, para ir no médico, ou coisa qualquer dá um trabalho danado, igual criança, né? Você tem que pegar na mão, eu tenho que pegar no braço da pessoa, eu tenho que ensinar a pessoa, como é que faz pra passar pelo poste? (Davi)

Eu vou ser franco pra você, viu, pela minha idade, eu perdi a visão muito tarde, eu simplesmente eu entrei em parafuso, sabe, cansei. (Davi)

Essas narrativas revelam uma realidade em que a dependência de PcDs é marcada por uma tensão entre as necessidades de quem precisa de cuidado e a capacidade dos cuidadores de prover esse suporte. A afirmação de que a filha *“tem a vida dela também”*, demonstra um sentimento de que, embora precise de assistência, reconhece que aqueles ao seu redor têm compromissos e não estão sempre disponíveis. Além disso, ao dizer que *“dá um trabalho danado”*, traz à tona o sentimento de que o auxílio é algo demasiadamente trabalhoso para o cuidador.

Os entes próximos às PcDs também ficam com medo e, muitas vezes, se tornam superprotetoras e controladoras do cotidiano dessas pessoas. No final, todas elas ficam presas num ciclo de dependência como forma de enfrentamento de uma sociedade extremamente excludente para PcDs. Ocorre que, na ausência de estruturas coletivas que garantam suporte às demandas imediatas das PcDs, a responsabilidade do cuidado recai exclusivamente sobre familiares e amigos, que, muitas vezes, se veem privados dos espaços públicos, porque não podem compartilhá-los com aqueles de quem cuidam.

Uma das críticas em relação ao modelo social da deficiência reside no fato dela focar na sociedade, sem tratar diretamente da lesão como parte da deficiência, apesar de esta ser necessária para sua manifestação (Oliver, 2013; França, 2013). Mas o próprio Oliver (1996) já havia discorrido sobre isso anteriormente, reconhecendo que a deficiência envolve restrições que o modelo social não resolve, porém defendendo que ele se concentra em eliminar barreiras sociais e não questões pessoais. Assim, não se trata de negar a deficiência, mas de distinguir o que requer cuidados médicos e o que necessita de políticas públicas.

Ou seja, nem tudo requer tratamento médico, sendo que em muitas situações a ação política pode ser mais adequada (Oliver, 1996). Desse modo, neste artigo, fundamentada no modelo social da deficiência e a partir dos resultados, há a compreensão da independência não no sentido de as PcDs realizarem tudo sozinhas, mas de terem o poder de escolha e controle sobre os ambientes que desejam frequentar, bem como sobre os serviços e assistências que recebem. Essa compreensão dialoga com o conceito de direito à cidade, que, segundo Lefebvre (2011), envolve o direito à liberdade.

Não obstante, apesar dos muitos desafios e obstáculos enfrentados diariamente, alguns participantes conseguem manter sua autonomia e independência.

Ela começou a afetar com uns 20 anos, mais ou menos, e foi perdendo aí com uns 34 anos, chegou a perder total, totalmente, hoje eu sou considerado deficiente, me enquadro como deficiente visual total. E no começo foi bem complicado, só que o fato, ao mesmo tempo, o fato de perder aos poucos eu pude também ir me adaptando. Consegui fazer o curso de mobilidade, hoje eu consigo ter uma boa independência, consigo locomover nas ruas aí na cidade que eu já sou acostumado. Consigo praticar

esporte e tenho me adaptado muito, muito bem à deficiência. Começo é complicado, mas hoje em dia já está bem tranquilo. (Estevão)

Pessoas até é de um nível mais alto, falando, “mas você fica andando sozinha na rua?”. Falei assim, olha, eu não tenho problema para andar na rua, eu tenho problema é com a rua e a gente não tem que andar com alguém só porque é deficiente a gente não tem que andar com alguém dependurado no braço da gente, né? Então assim, eu senti aquilo como uma ofensa. Porque é, se eu fui sozinha, é porque eu quero ir sozinha e se eu chego ali, em determinado local ou órgão, eu preciso de alguma coisa eu acho que eu apresento os documentos, eles devem me ajudar a resolver o que eu fui ali fazer, né? (Rebeca)

Eu preciso da minha cadeira de rodas que ela é motorizada pra eu me locomover pela cidade, aí de segunda a sexta eu tô na rua. De manhã até à tarde, eu saio todo dia pra trabalhar. (Marcos)

Eu consigo me virar muito bem com isso {a deficiência}. Nunca me impediu de fazer nada. (Tiago)

Eu não dirijo e quando os meus pais estão disponíveis, ou a minha irmã, eles me levam para os lugares sem problema nenhum, mas quando não, eu uso muito aplicativo de mobilidade [...] Eu uso carro de aplicativo e aí eles me deixam na porta e eu não tenho problema. Eu saio do carro, tenho dificuldade? Tenho, mas eu estou acostumada. (Maria)

Aqui se destacam alguns pontos importantes: primeiramente, o tipo de deficiência afeta a questão da independência. Certas deficiências são fisicamente mais limitantes e requerem mais recursos adaptados, como a tetraplegia, que é o caso de Ana e Rute. A forma como a deficiência se manifesta, seja congênita ou adquirida, e a idade em que é adquirida também influenciam nessa questão. Quando a deficiência é congênita ou surge em uma idade mais jovem, a pessoa tende a desenvolver outras habilidades com maior facilidade, o que contribui para uma maior independência em suas atividades. No entanto, em casos como os de Mateus, Davi e José, em que a deficiência se manifestou em idade mais avançada, observou-se maior dificuldade em lidar com a situação. Embora não seja uma regra, isso foi algo perceptível nas narrativas.

O aspecto econômico também desempenha um papel importante. Além dos inúmeros desafios enfrentados pelos informantes em relação ao espaço urbano, elas também se deparam com questões socioeconômicas. Embora haja uma variedade de tecnologias assistivas e produtos de adaptação disponíveis para auxiliar as PcDs em suas atividades diárias, o alto custo desses itens limita significativamente o acesso da maioria das pessoas a essas soluções. Infelizmente, essa realidade cria uma barreira adicional para a liberdade e a inclusão desses indivíduos na sociedade.

O problema do cão guia é que é muito caro, assim, você pode até conseguir o cão de graça, sabe, mas sabe quanto que é o adestramento dele? [...] as coisas para os deficientes são muito caro, são muito caro, assim, são poucas pessoas no Brasil que tem condição de ter acesso a essas coisas porque é muito caro. Pra você ver, uma bengala horrorosa aí, ruim, você vai comprar é R\$ 150, R\$ 200 reais. E tem muitas pessoas que não tem condição de comprar uma bengala, aí você quer comprar uma bengalinha melhor, de fibra de carbono, é R\$ 700, R\$ 800 reais, se tem gente que não tem condição de comprar uma de R\$ 200 que aperta, aí você imagina uma de, né. Então, é, por



exemplo eu entrei numa campanha de um óculos, eles falam OrCam MyEye, é tipo um chip que implanta aqui em você, no deficiente visual, aí tem esse óculos e eu entrei num logo que lançaram, num fórum, quando foi esses tempos pra trás me mandaram um e-mail, eu falei “Uai eu interesse, então vamos ver, quanto que é”, “R\$ 17.800 reais”, eu falei “Minha filha eu não tenho esse dinheiro para pagar esse óculos à vista”, “Não, a gente parcela ele pra você”, “Como que você parcela?”, “Parcelo em 42x”, eu falei, “Pra quanto que vai isso?”, “R\$ 35 mil e tanto”, “Minha filha, tchau pra você, precisa nem me ligar mais”. (Mateus)

Agora, quem, quem tem condições financeiras anda de carro, tem motorista, nem de ônibus não anda, não anda a pé, não anda de ônibus, só frequenta lugares bons por ter um poder aquisitivo são muito mais bem atendidos que os outros, né? Então, não vê os problemas. (Paulo)

[...] minha prioridade é assim, prioridade é tentar me locomover com o automóvel, eu quero tirar a carteira, aí eu vi que tem tipo, uma, um triciclo elétrico que, tem um que é conjugado com uma cadeira de rodas, e ela tem tipo, um negocinho da moto de virar, e tem um que parece literalmente uma motinha que eu vi até um rapaz aqui em cima. Aí eu fui, perguntei pra ele e tudo mais, ele falou que mais ou menos uma faixa de 9 mil essa motinha que, que assim, que é caro, mas que mudou muito a forma dele deslocar, se, se locomover pela cidade. (Priscila)

Mas se fosse uma cadeira assim motorizada, mas é muito caro, preço de um carro, parece. (Ester)

O meu pai me deu um carro, adaptei ele, ficou tudo mais fácil [...] depois eu comprei uma cadeira elétrica. Aí pronto, aí foi a liberdade completa. Ando na rua normal, a cadeira sobe morro, ela é muito forte. (Samuel)

Graças a Deus eu tive condição de comprar minha cadeira, mas uma pessoa pobre não tem condições de comprar. Se ela ganhar, como é que ela vai manter? Fazer manutenção, os trem, porque precisa também. Comprar pneus novos, porque gasta. Porque tem deficiente aí que não sai da cama, não toma sol porque não tem uma cadeira. Isso tem demais. (Samuel)

O custo de vida para a gente é muito alto também. Mas assim, não é tanto é em relação à estrutura física, né, da cidade, mas, acho que é isso. A minha cadeira de rodas custou mais caro que o fiat uno que a gente vendeu há uns anos atrás, minha cadeira custou quase R\$10 mil. É um absurdo, é um absurdo. Mas em compensação também ela é muito leve, muito leve, que é uma benção. Eu tenho plano de saúde do meu pai [...] eles ajudaram assim, no começo eles deram 3 meses de insumo para a gente e um tempo atrás eles fizeram isso de novo. E aí com isso a gente comprou uma cadeira de banho, muito boa por sinal, que eu deixo na casa do {nome do namorado}, porque aqui eu tenho a minha né, que eu já usava. (Ana)

A disparidade socioeconômica dentro da própria comunidade PcD é evidente, refletindo-se em diferentes níveis de acesso a serviços essenciais e oportunidades de participação na vida cotidiana. Enquanto alguns têm maior liberdade de desfrutar de uma variedade de atividades e recursos, outros enfrentam restrições significativas em suas vidas diárias devido à falta de recursos financeiros.

Ou seja, o gozo do direito das PcDs à cidade está profundamente entrelaçado com fatores econômicos, exacerbando a correlação entre deficiência e pobreza. Estudos demonstram que PcDs estão frequentemente em desvantagem econômica significativa, devido às barreiras estruturais e sociais que limitam seu acesso a oportunidades de emprego, educação e serviços essenciais (Banks; Kuper; Polack, 2017; Elwan, 1999; Goodley et al., 2019; Lustig; Strauser, 2007; Pinilla-Roncancio, 2018; Yeo, 2011). A falta de acessibilidade e a exclusão social nas cidades contribuem para a marginalização econômica das

PcDs, impedindo seu pleno exercício do direito à cidade. Nesse sentido, Parnell e Pieterse (2010) ressaltam que a redução da pobreza é crucial para garantir o direito à cidade, principalmente para PcDs que enfrentam altos custos dos recursos materiais e não materiais necessários para garantir mínimas condições de vida.

Harvey (2012) argumenta que o desenvolvimento urbano está diretamente relacionado à absorção e redistribuição do capital excedente, controlado por uma elite urbana que prioriza seus próprios interesses. Essa dinâmica mercadológica da cidade significa que os recursos e benefícios urbanos são distribuídos de forma desigual, concentrando-se nas mãos de poucos enquanto muitos, incluindo as PcDs, são marginalizados e excluídos.

As PcDs, frequentemente em desvantagem econômica, enfrentam barreiras adicionais no acesso a serviços urbanos essenciais, exacerbando sua pobreza e exclusão social. A falta de acessibilidade e inclusão na infraestrutura urbana impede que as PcDs participem plenamente da vida econômica e social da cidade, restringindo seu direito à cidade. Indo na contramão dessa realidade, o direito à cidade visa a promoção de comunidades que “correspondam às necessidades sociais humanas e não ao imperativo capitalista de geração de lucro” (Brenner; Marcuse; Mayer, 2009, p. 176).

Assim sendo, no caso das PcDs, o tipo de deficiência, a origem, a idade e o poder econômico afetam diretamente na apropriação do espaço urbano, demonstrando como o ele é produzido e reproduzido de forma desigual, até mesmo dentro da comunidade de PcDs. Esses elementos trazem à tona a discussão sobre interseccionalidade. Como destaca Grech (2012), a deficiência é influenciada por uma miríade de fatores, cujo significado é profundamente entrelaçado com os contextos híbridos nos quais ela se manifesta, exigindo uma compreensão das valorações específicas de cada ambiente social, político, econômico, cultural e ontológico. Consoante Gesser, Block e Nuernberg (2019), as interseções entre deficiência, gênero, raça e classe social existem e ignorá-las acaba agravando a marginalização e intensificando a opressão. Aspectos de gênero e raça não foram analisados, tendo em vista que não ficaram evidentes nas entrevistas.

Portanto, a apropriação do espaço urbano, no contexto das PcDs, deve ser compreendida como o direito de utilizar, moldar e ressignificar o espaço urbano de acordo com suas necessidades e desejos, de maneira plena e equitativa. Segundo Pereira (2017, p. 238), a apropriação se refere à possibilidade de “fazer da cidade seu próprio lugar”, um processo que ultrapassa a simples ocupação física, envolvendo a capacidade dos cidadãos de definirem os usos e a configuração dos espaços. No caso das PcDs, isso significaria não apenas acessar, mas interagir com o espaço urbano de forma autônoma, segura e digna, refletindo sua identidade e necessidades.

No entanto, a realidade se afasta drasticamente desse ideal. As barreiras físicas, a objetificação e opressão cotidiana das PcDs nas interações interpessoais, e a interseccionalidade, uma vez que as PcDs enfrentam opressões múltiplas, agravam sua exclusão.

Portanto, a apropriação do espaço urbano pelas PcDs só seria plena quando o ambiente fosse transformado em um lugar inclusivo, acessível e ressignificado por elas, em que pudessem não apenas ocupar, mas interagir e moldar ativamente os espaços de acordo com suas necessidades. A realidade atual, marcada por exclusão e opressão, distancia-se desse ideal ao negar às PcDs a possibilidade de influenciar o desenho e a função dos espaços que habitam, perpetuando, assim, uma cidade que não reflete a diversidade de seus cidadãos e suas experiências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi compreender os processos que envolvem e impedem a apropriação das PcDs na produção e reprodução do espaço urbano de uma cidade do sul de Minas Gerais, à luz do direito à cidade e ancorada na perspectiva do modelo social da deficiência. Fundamentada na perspectiva emancipatória da deficiência e por meio da análise de narrativas, foi possível resgatar histórias sobre experiências de pessoas que vivenciam as deficiências física e visual. A ideia central desta pesquisa defende que as narrativas sobre a vida no espaço urbano da cidade pesquisada revelam subjetividades que denotam o quanto o conceito de habitar, que envolve a apropriação e a participação, ainda está distante da realidade das PcDs.

Ao entrevistar 19 pessoas, surgiram histórias singulares, porém marcadas por desafios comuns no cotidiano urbano. As narrativas se entrelaçavam em diversos pontos, revelando que, apesar das limitações individuais de cada informante, são as barreiras físicas, sociais e políticas que se destacam como óbices ao gozo do direito à cidade. Esses obstáculos dificultam e, muitas vezes, inviabilizam a participação e a apropriação do espaço urbano pelas PcDs.

Com base nas categorias de apropriação e participação, as análises das narrativas revelaram diferentes aspectos. No que diz respeito à apropriação, surgiram três subcategorias: acessibilidade, relações interpessoais, e dependência e interseccionalidade. Já em relação à participação, foram identificadas outras três subcategorias: espaços formais de participação, reivindicações individuais e vivências.

Os resultados mostram que, sem acessibilidade, a cidade se torna um espaço repleto de barreiras e limitações para as PcDs. As diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento da cidade refletem a complexidade das transformações urbanas e seu impacto direto sobre essas pessoas. A falta de acessibilidade na cidade é resultado de uma combinação de negligência histórica e planejamento urbano



excludente. O estudo também revela que acessibilidade vai muito além do mero cumprimento das normas, ou ainda do cumprimento das normas de forma inadequada apenas para parecer acessível. A verdadeira acessibilidade implica a inclusão plena e efetiva das PcDs, promovendo o uso da cidade e de todos os seus benefícios.

Os obstáculos na estrutura da cidade vão desde problemas de mobilidade urbana até a falta de acessibilidade em espaços públicos e privados que limitam a fruição de serviços, lazer, educação e cultura. A cidade, que deveria ser um espaço de encontro e inclusão, torna-se hostil e excludente para as PcDs, distanciando-se do ideal de uma cidade para todos.

Dessa forma, as PcDs enfrentam dificuldades tanto para chegarem aos mesmos locais que as pessoas sem deficiência quanto, ao chegarem, para lidarem com uma série de barreiras que continuam a dificultar seu acesso. Isso gera sentimento de frustração, tensão, insegurança, medo, pavor, depressão e tristeza, levando à percepção de não pertencimento ao ambiente urbano. Paradoxalmente, o desejo de caminhar pelo centro da cidade e sentir-se seguro revela que, apesar dos desafios, as PcDs aspiram a participar plenamente dos espaços comunitários.

Ocorre que muitos dos problemas relatados representam riscos para qualquer pessoa, independentemente de ter uma deficiência ou não. Isso mostra que a cidade, projetada dessa forma, não é apenas hostil para as PcDs, mas também exclui outros grupos sociais que não se enquadram nos padrões dominantes, como os idosos, que foram mencionados diversas vezes pelos informantes. Assim sendo, ao promover a acessibilidade, as cidades não apenas atendem às necessidades das PcDs, mas criam um ambiente mais seguro e inclusivo para todos. Dessa forma, a urbe se torna verdadeiramente um espaço social de convivência, que favorece a apropriação e o uso do espaço urbano por todos os cidadãos, garantindo maior equidade e participação em suas dinâmicas cotidianas. Nesse sentido, é possível concluir que, sem acessibilidade, é impossível que as PcDs se apropriem do espaço urbano em sua totalidade.

As relações interpessoais também desempenham um papel fundamental na vida das PcDs, impactando diretamente sua experiência no espaço urbano. As dinâmicas sociais, muitas vezes permeadas pelo capacitismo, criam barreiras que vão além das físicas. Isso revela que a sociedade é sustentada por um padrão de exclusão tão profundo que, mesmo com mudanças estruturais, essas pessoas ainda não conseguem exercer plenamente seu direito ao espaço urbano. As barreiras sociais, além de dificultarem a acessibilidade, limitam a vivência plena das possibilidades e riquezas que o espaço urbano oferece.

Esses elementos, junto a fatores de interseccionalidade, levam as PcDs ao confinamento em suas residências ou a saírem apenas acompanhadas, revelando a tensão entre as necessidades de quem requer



cuidado e a capacidade dos cuidadores em oferecer suporte. A responsabilidade do cuidado, por sua vez, recai exclusivamente sobre familiares e amigos, que, muitas vezes, também se veem privados dos espaços públicos por não poderem compartilhá-los com aqueles de quem cuidam.

Em relação à interseccionalidade, os resultados deste estudo revelam que a experiência urbana das PcDs é influenciada por vários fatores, incluindo características relacionadas à deficiência — como o tipo, se é congênita ou adquirida, e, neste último caso, a idade em que foi adquirida — além das condições econômicas. Esses elementos se combinam para moldar as maneiras como as PcDs interagem com o ambiente urbano e enfrentam suas barreiras cotidianas. O estudo conclui que, para que as PcDs se tornem cocriadoras do ambiente urbano, é fundamental a sua inclusão nas decisões que impactam suas vidas, assim como a atuação do poder público, visando o cumprimento dos direitos já conquistados por essas pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALBERS, C. *et al.* Acessibilidade para Usuários de Cadeira de Rodas em Estabelecimentos Comerciais. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 1, p. 213-238, 2020.
- ALVES, G. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 551-563, 2019.
- ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 16, n. 2, p. 133-142, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro. 2015.
- BANKS, L. M.; KUPER, H.; POLACK, S. Poverty and disability in low-and middle-income countries: A systematic review. **PloS one**, v. 12, n. 12, p. e0189996, 2017.
- BARBOSA, A. S. Mobilidade urbana para pessoas com deficiência no Brasil: um estudo em blogs. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 8, p. 142-154, 2015.
- BARNES, C. Emancipatory Disability Research: project or process?[Public lecture]. **City Chambers, Glasgow**, 2001.
- BARNES, C. The social model of disability: Valuable or irrelevant. **The Routledge handbook of disability studies**, p. 12-29, 2012.
- BERTOLINO, J. R. M.; MORAIS, D. S. D.; BORTOLO, C. A. Acessibilidade em bairro planejado de Montes Claros: estudo de caso no bairro residencial sul – Ipês. **Revista Percursos – NEMO**, v. 13, n. 1, p. 61-79, 2021.
- BEZMEZ, D. Urban Citizenship, the Right to the City and Politics of Disability in Istanbul. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n. 1, p. 93-114, 2013.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10257.htm.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. **Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm.

BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. Cities for people, not for profit. **City**, v. 13, n. 2-3, p. 176-184, 2009.

CALADO, J. *et al.* Acessibilidade urbana e vulnerabilidade socioespacial: avaliação de aspectos físicos das calçadas dos distritos Jardim Ângela e Moema—São Paulo/SP-Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 6, 2019.

CAMPBELL, F. Inciting legal fictions: 'Disability's' date with ontology and the ableist body of the law. **Griffith L. Rev.**, v. 10, p. 42, 2001.

CAMPOS, G. V. M. **Lazer e o direito à cidade: a ludicidade no espaço urbano de Belo Horizonte**. Dissertação de mestrado. Uberlândia, 2021.

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. **V Fórum Social Mundial**. Um outro mundo é possível. Porto Alegre, 2005.

COSENZA, I. F.; RESENDE, A. P. C. A cidade e as pessoas com deficiência: barreiras e caminhos. **Sociedade & Natureza**, v. 18, n. 35, p. 23-34, 2006.

DEGENER, T. A new human rights model of disability. In: **The United Nations convention on the rights of persons with disabilities: A commentary**. Springer International Publishing, 2017. p. 41-59.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos).



DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, p. 64-77, 2009.

ELWAN, A. *et al.* **Poverty and disability: A survey of the literature**. Washington, DC: Social Protection Advisory Service, 1999.

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, v. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.

GESSER, M.; BLOCK, P.; NUERNBERG, A. H. Participation, agency and disability in Brazil: transforming psychological practices into public policy from a human rights perspective. **Disability and the global south**, v. 6, n. 2, p. 1772-1791, 2019.

GOODLEY, D. **Disability Studies: An Interdisciplinary Introduction**. London: Sage, 2011.

GOODLEY, D. *et al.* Provocations for critical disability studies. **Disability & Society**, v. 34, n. 6, p. 972-997, 2019.

GRECH, S. Recolonising debates or perpetuated coloniality? Decentring the spaces of disability, development and community in the global South. **International journal of inclusive education**, v. 15, n. 1, p. 87-100, 2011.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. The right to the city. **International journal of urban and regional research**, v. 27, n. 4, p. 939-941, 2003.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

HUCHZERMEYER, M. The legal meaning of Lefebvre's the right to the city: addressing the gap between global campaign and scholarly debate. **GeoJournal**, v. 83, n. 3, p. 631-644, 2017.

HUMPHRY, D. *et al.* Introduction to, and Interview with, Disabled People Against Cuts. **City**, v. 24, n. 1-2, p. 376-399, 2020.

IVANOVICH, A. C. F.; GESSER, M. Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a) políticos. **Quaderns de psicologia**, v. 22, n. 3, p. e1618-e1618, 2020.

KLEIN, P.; GRIGOLETTI, G. Acessibilidade espacial de deficientes físicos, visuais e idosos em parque público. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, v. 12, p. e021016-e021016, 2021.

KUYVEN, T. *et al.* Os direitos humanos nos espaços públicos de vivência: um olhar para a Praça dos Imigrantes de Ijuí-RS. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, abr./jun., p. 193-209, 2021.

LAHORGUE, M. L. Cidade: obra e produto. **Geosul**, v. 17, n. 33, p. 45-60, 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

LUSTIG, D.; STRAUSSER, D. Causal relationships between poverty and disability. **Rehabilitation counseling bulletin**, v. 50, n. 4, p. 194-202, 2007.



MACHADO, M. H.; LIMA, J. P. Avaliação multicritério da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida: um estudo na região central de Itajubá (MG). **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 3, p. 368-382, 2015.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pósgraduação em educação. *Revista Percurso*, p. 149-171, 2012

MARX, K. O Capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.

OLIVER, M. Defining impairment and disability: issues at stake. In: BARNES, Colin; MERCER, Geoffrey (Ed.). **Exploring the divide: Illness and disability**. Leeds: Disability Press, 1996.

OLIVER, M. **Understanding Disability: From theory to practice**. Macmillan Education UK, ed. 2, p. 200, 2009.

OLIVER, M. The social model of disability: Thirty years on. **Disability & society**, v. 28, n. 7, p. 1024-1026, 2013.

PARNELL, S.; PIETERSE, E. The 'right to the city': institutional imperatives of a developmental state. **International journal of urban and regional research**, v. 34, n. 1, p. 146-162, 2010.

PINEDA, Victor Santiago; CORBURN, Jason. Disability, urban health equity, and the coronavirus pandemic: promoting cities for all. **Journal of Urban Health**, v. 97, n. 3, p. 336-341, 2020.

PEREIRA, Elson Manoel. Como anda a participação? As condições para a elaboração de planos diretores participativos. **Revista brasileira dos estudos urbanos e regionais**. v.19, n. 2, p. 235-250, 2017.

PINEDA, Victor Santiago. What is Inclusive and Accessible Public Space?. **The Journal of Public Space**, v. 7, n. 2, p. 5-8, 2022.

PINILLA-RONCANCIO, Mónica. The reality of disability: Multidimensional poverty of people with disability and their families in Latin America. **Disability and health journal**, v. 11, n. 3, p. 398-404, 2018.

PINHEIRO, Rui; BARROSO, João; ROCHA, Tânia. How Accessibility Is For Everyone—A Deaf User Perspective. In: **Proceedings of the 9th International Conference on Software Development and Technologies for Enhancing Accessibility and Fighting Info-exclusion**. 2020. p. 47-50.

PURCELL, Mark. Citizenship and the right to the global city: reimagining the capitalist world order. **International journal of urban and regional research**, v. 27, n. 3, p. 564-590, 2003.

PURCELL, Mark. Possible worlds: Henri Lefebvre and the right to the city. **Journal of urban affairs**, v. 36, n. 1, p. 141-154, 2014.

REBERNIK, Nataša; SZAJCZYK, Marek; BAHILLO, Marek; MARUŠIĆ, Barbara Golićnik. Measuring Disability Inclusion Performance in Cities Using Disability Inclusion Evaluation Tool (DIETool). **Sustainability**, 2020.

RÉGIS, Tamara; NOGUEIRA, Ruth Emilia. Do direito à cidade ao direito à acessibilidade: análise da acessibilidade em locais de serviços e lazer no centro de Florianópolis/SC. **Geosul**, v. 36, n. 78, p. 64-85, 2021.



RODRIGUES, Maria Lúcia de Barros; SILVA, Roselia Furman Carneiro. O trabalho das pessoas com deficiência: nada de nós sem nós. **Administração de Empresas em Revista**. v. 16, n. 17, p. 69-88, 2017.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Brasiliense, 2017.

SANTO, Wecisley Ribeiro do Espírito; RETONDAR, Jeferson José Moebus. Direito ao lazer e direito à cidade: interseções a partir de um projeto de extensão universitária. **Movimento**, v. 24, p. 251-262, 2022.

SAULE JÚNIOR, Nelson; LIBÓRIO, Daniela Campos. Questões chave sobre a noção jurídica do direito à cidade. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1466–1494, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rdc.2021.43832>.

SIQUEIRA, Denise; DORNELLES, Tarso Germany; ASSUNÇÃO, Sabrina Mangrich de. Experienciando capacitismo: a vivência de três pessoas com deficiência. **Estudos da deficiência**, p. 145, 2020.

STONE, Emma; PRIESTLEY, Mark. Parasites, pawns and partners: Disability research and the role of non-disabled researchers. **British journal of sociology**, p. 699-716, 1996.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

YARDIMCI, Sibel; BEZMEZ, Dikmen. Disabled Istanbulites' everyday life experiences as 'urban citizens': accessibility and participation in decision-making. **Citizenship Studies**, v. 22, n. 5, p. 475-490, 2018.8h

YEO, Rebecca. Chronic poverty and disability. **Chronic Poverty Research Centre Working Paper**, n. 4, 2001.

Sobre os autores:

Monique Scalco Soares Siqueira

Pós-doutoranda na Universidade Federal de Lavras (UFLA) e professora na Faculdade Presbiteriana Gammon (FAGAMMON). Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e em Administração pelo Centro Universitário de Lavras (Unilavras). Concluiu o mestrado em Administração Pública e o doutorado em Administração, ambos pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Atua em pesquisas interdisciplinares com foco em acessibilidade, inclusão e tecnologia assistiva.

Universidade Federal de Lavras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8957-9933>

E-mail: moniquescalco@gmail.com

Flávia Luciana Naves Mafra

Doutora em Ciências Sociais - Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2006) Concluiu o mestrado em Administração pela Universidade Federal de Lavras em 1997 e graduou-se em Administração (1994). Atualmente é professora da Universidade Federal de Lavras.

Universidade Federal de Lavras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2501-8904>

E-mail: flanaves@ufla.br

